



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

.....
ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 588 - DE 9 A 23 DE JUNHO DE 2019 - R\$ 4,00
.....

Derrotar e enterrar a reforma da previdência

**Nada de emendar o projeto
de Bolsonaro-Guedes!**

**Nada de apresentar
um projeto alternativo!**

**Não submeter o movimento
ao jogo parlamentar!**

Burguesia, governo e Congresso Nacional estão unidos pela aprovação da reforma, sabem como resolver suas diferenças. As centrais não devem participar das negociações parlamentares. A PARTICIPAÇÃO DA OPOSIÇÃO COM EMENDAS É DERROTISTA!

A greve geral tem de ser pela derrubada integral da reforma da previdência. Com seu programa e método de luta, a classe operária e a maioria oprimida podem derrotar o governo antinacional e antipopular.

Viva a greve geral de 14 de junho!

**Abaixo a reforma da previdência
de Bolsonaro-Guedes!**

Derrotar e enterrar a reforma da Previdência

A greve geral de 14 de junho será o termômetro da relação de força entre a burguesia e o proletariado. Caso se confirme a tendência de luta na forma concreta do movimento de massa pela derrubada da reforma da Previdência, a classe operária passa a ter a iniciativa.

As manifestações de 15 e 30 de maio se circunscreveram a camadas da pequena-burguesia oprimida. A greve geral muda, qualitativamente, o embate com o governo antinacional e antipopular. A paralisação da produção e dos transportes urbanos, principalmente, aumentará a força do movimento. Ampliará a luta iniciada com a greve nacional dos professores, seguida das manifestações estudantis.

A movimentação do proletariado indicará à burguesia, ao governo e ao Congresso Nacional que estão diante da ampliação e aprofundamento da luta de classes. Uma greve geral que paralise as atividades econômicas e lance as massas às ruas ultrapassa as lutas corporativas-sindicais. Projeta-se como um movimento político dos explorados em defesa de suas vidas, e contra as medidas que aumentam a exploração capitalista do trabalho.

Apenas um dia de paralisação do País, certamente, não derrota o governo e o Congresso Nacional. No entanto, desfere um duro golpe em sua confiança e prepotência, bem como nas forças políticas que o sustentam. Abre caminho para a greve geral de maior duração e para a de tempo indeterminado. Essa possibilidade depende não apenas da disposição de luta da maioria explorada, mas também da direção do movimento, e da reação do governo.

Sabemos que a unificação das centrais, em princípio, não é sólida. O governo também usa essa avaliação. A posição classista e revolucionária luta para que a unidade dos explorados se sobreponha às fraquezas de sua direção burocrática, adaptada ao capitalismo. O governo espera que a greve geral não seja tão potente, e que se esgote em si mesma. A firmeza e coesão do movimento indicarão que não se limitará ao dia 14 de junho, que voltará à carga. Indicarão que a sua direção não tem como desativar o ímpeto das massas.

Caso contrário, o governo e o Congresso Nacional avançarão a votação do projeto de reforma. Em certa medida, esse processo se passou com a greve geral de 28 de abril de 2017, e a aprovação tranquila da reforma trabalhista. As

centrais romperam a unidade, desativaram o movimento, e frearam o impulso da luta do proletariado. Uma fração passou a negociar com o governo, a outra se acomodou na passividade.

Vemos que o descontentamento com o governo, que mal iniciou a sua governabilidade, é grande. Há, porém, uma importante força política no seio dos explorados, que trabalha para amortecer a revolta: as igrejas evangélicas reforçam a propaganda burguesa, fartamente promovida nos meios de comunicação, de que a reforma da Previdência é necessária. Sobre o movimento, por sua vez, há uma fração da direção sindical e partidária que trabalha pela alteração do projeto de Bolsonaro/Guedes. Está com um pé no movimento, e com outro no Congresso Nacional. Prevalece na direção unitária a posição de que “uma reforma da Previdência é necessária”.

(...) a posição burguesa de que o objetivo não é o de derrubar a reforma da Previdência, mas “desidratá-la”, ou substituí-la por um projeto alternativo. Essa é uma posição derrotista. O derrotismo tem por pressuposto que os explorados não podem ou não devem ultrapassar os limites da democracia burguesa.

A oposição parlamentar, PT, PDT, PSB, PCdoB e PSOL, apresentaram emendas. Reforçam, assim, a posição burguesa de que o objetivo não é o de derrubar a reforma da Previdência, mas “desidratá-la”, ou substituí-la por um projeto alternativo. Essa é uma posição derrotista. O derrotismo tem por pressuposto que os explorados não podem ou não devem ultrapassar os limites da democracia burguesa. A greve geral objetivaria, assim, apenas levar os parlamentares a modificarem

a reforma, de maneira a torná-la menos violenta.

Faz parte dessa linha derrotista, o objetivo de apenas desgastar o governo de Bolsonaro aos olhos da população, reconstituir a oposição nacional-reformista, e se potenciar como alternativa eleitoral. A oposição burguesa, em geral, já se prepara para as eleições municipais do próximo ano. Uma ala da esquerda se arrasta por trás dessa linha, procurando implantar no movimento as bandeiras oposicionistas de “Fora Bolsonaro, eleições gerais, “Lula livre e democracia”.

A vanguarda classista, ainda que limitadamente, devido a suas forças, tem travado um combate no interior da frente única para que a classe operária encarne o objetivo de derrubar e enterrar a reforma da Previdência. Uma poderosa greve geral no dia 14 fortalecerá a bandeira de “Abaixo a Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes”. A estratégia que guia essa posição é a da luta por um governo operário e camponês, produto da revolução proletária.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Às centrais, sindicatos e movimentos**14 de junho, Greve Geral**

Derrubar e enterrar a reforma da Previdência

Rodrigo Maia deixou claro que a reforma da Previdência vai ser aprovada. O relator do projeto, Samuel Moreira, informou que foram feitas 277 emendas. Entre elas, constam algumas do PT, PSB, PCdoB, PDT e PSOL. Esses partidos são distintos, porque constituem o bloco da oposição à reforma da Previdência. De uma forma ou de outra, reconhecem que o projeto do ministro Paulo Guedes sacrifica, principalmente, os mais pobres. Os governistas e seus aliados apresentaram a maior parte das emendas. O chamado “Centrão”, do qual faz parte o Solidariedade, do Paulinho da Força, comanda as negociações em torno às alterações.

A oposição no Congresso Nacional é minoritária. Não tem como destruir a base sobre a qual o governo elaborou o projeto, que atende aos interesses gerais da burguesia e, em particular, do capital financeiro. É obrigatório que os partidos que se dizem contrários à reforma da Previdência rejeitem integralmente o projeto de Bolsonaro/Guedes e qualquer outro projeto alternativo. Esse posicionamento é obrigatório, porque é preciso combater a ideia de que “alguma reforma da Previdência deve ser feita”. Tudo indica que, no bloco da oposição, existem aqueles partidos presos a essa falsa ideia.

A verdade é que a reforma da Previdência diz respeito somente às necessidades da burguesia e, por isso, se opõe às reais necessidades da classe operária e da maioria oprimida. É preciso, portanto, separar o joio do trigo. Essa separação se dá entre os interesses da burguesia e os interesses dos explorados. Temos, assim, de denunciar: é uma grande mentira dizer que o País precisa de alguma reforma da Previdência; é uma grande farsa confundir os interesses dos exploradores com os dos explorados; é uma grande encenação burguesa apelar para o sacrifício de “todos os brasileiros”, em nome do País.

Os partidos e parlamentares da oposição que não usarem a tribuna do Congresso Nacional para rejeitar na íntegra a reforma da Previdência, mostrar o caráter de classe dessa reforma, recusar o jogo das emendas, e defender a greve geral como o caminho para pôr abaixo os objetivos econômicos do governo, sem dúvida, não apenas não cumprem seu dever, como se sujeitam às pressões do capital financeiro.

A tentativa de partidos de oposição, de apresentarem emendas ao projeto de reforma da Previdência, cria a ilusão de que é possível sair do Congresso Nacional uma reforma que não sacrifique os explorados, e que atinja somente os exploradores. Vemos, inclusive, parlamentares, que se dizem de esquerda e socialistas, que procuram resolver o desequilíbrio fiscal estrutural por meio de novos critérios de arrecadação de impostos, e financiamento da Previdência. Essa ação parlamentar não serve à luta da classe operária e demais oprimidos, uma vez que oculta os reais motivos da crise econômica, fiscal e social do capitalismo em decomposição. Está mais do que claro que, enquanto subsistir a exploração do trabalho, subsistirá a gigantesca dívida pública, a brutal transferência de riqueza aos

banqueiros, e a burguesia não terá outra solução, senão atacar a força de trabalho.

Os deputados que tiverem o mínimo de honestidade em seu propósito devem usar a tribuna do Congresso Nacional para defender, taxativamente, o não pagamento da dívida pública. Não haverá nenhum “sistema tributário justo”. Não haverá como defender os direitos elementares dos trabalhadores por meio de reformas do Estado e da política burguesa.

À margem do Congresso Nacional, os trabalhadores e a juventude estão em pé de guerra contra a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes. Estamos por sua derrubada e seu enterro. Não estamos por remendar a reforma, nem apresentar um projeto substitutivo. Devemos, portanto, deixar claro que rejeitamos a posição de “desidratar” a reforma da Previdência, como propôs o deputado Paulinho da Força, no dia 1º de Maio.

As centrais sindicais, que dirigem o movimento unitário contra a reforma da Previdência, têm o dever de deixar visível aos trabalhadores e à juventude que a greve geral é para enterrar a reforma da Previdência, e não para servir às negociações em torno do projeto de Guedes. Nada de canalizar a luta para o jogo parlamentar.

Sabemos que a reforma da Previdência será derrubada com a greve geral, com as manifestações e bloqueios de ruas e rodovias. Sabemos, também, que a greve geral por tempo indeterminado é que atingirá o coração da reforma. As manifestações dos dias 15 e 30 de maio deram um sinal nesse sentido. É preciso, agora, que a classe operária tome a frente dos combates. A unidade das massas, sob a direção política da classe operária, se torna invencível. Para isso, é decisivo que se tenham claro as bandeiras de luta, os métodos da ação direta, e a organização independente diante da política burguesa, portanto, do governo, dos capitalistas e do Congresso Nacional.

Nossa luta está se aproximando do momento decisivo. De um lado, o Congresso Nacional acelera a aprovação da reforma da Previdência; de outro, vamos à greve geral, no dia 14 de junho. É preciso, assim, ter claro o que faremos no dia seguinte. Temos de continuar o movimento, aumentando sua força. Temos de proliferar os comitês de luta por todo o País. Se a greve geral for poderosa, como deve ser, colocará uma nova greve geral, mais prolongada e mais ampla. Esse é o caminho para derrotar e enterrar a reforma de Bolsonaro/Guedes.

***Dia 14 de junho, parar o País,
e ganhar as ruas!***

***Exigir do governo e do Congresso Nacional
o fim da reforma da Previdência!***

***Erguer bem alto a bandeira de “Abaixo
a reforma da Previdência
de Bolsonaro/Guedes!”***

Centrais sindicais preparam a greve geral

A plenária das centrais e sindicatos ocorreu no dia 4 de junho. Contou com cerca de 300 participantes. Foi coordenada pelo presidente da CUT estadual. Iniciou-se com a intervenção dos dirigentes da Força Sindical, Conlutas, Intersindical, CTB, UGT, CGTB, CSB e outras. Em seguida, foi aberta para os representantes de movimentos – MST, Povo Sem Medo, Frente Brasil Popular e UJS – e partidos de esquerda, entre eles o PSOL, PCO e POR.

Os dirigentes sindicais enfatizaram o trabalho de convocação junto a suas bases e apontaram o calendário de panfletagens para a semana que antecede o dia da greve geral, destacando o dia 13 para panfletagens em locais de grande circulação. Havia uma fala quase comum entre as centrais, que era a de uma greve geral para deixar “vazias as ruas e não ir trabalhar”. Para

ações mediante o impacto da greve junto ao Congresso Nacional e ao governo. Não faltou o discurso de que é preciso um projeto alternativo ao de Bolsonaro. A convergência dos discursos estava no êxito de ter realizado o 1º de Maio unificado e as reuniões que concluíram no chamado da greve geral.

A intervenção das correntes de esquerda foi no sentido de potencializar a greve geral nos locais de trabalho e nas ruas. Houve a defesa do ato centralizado, no final da tarde, e os piquetes e bloqueios desde as primeiras horas do dia. O PCO carregou em seu discurso que era preciso derrubar os golpistas, e defendeu as bandeiras de “Fora Bolsonaro! Lula livre!”. A representante da executiva do PSOL, ex-militante do PSTU, enfatizou que era preciso derrotar Bolsonaro nas ruas, e levantou duas bandeiras “Lula livre” e “democracia”. O POR destacou cinco

A plenária permitiu aglutinar todas as forças em torno à preparação da greve geral, e colocar abertamente duas posições opostas, a que pretende reunir forças para as negociações no Congresso Nacional, e a que está pela derrubada integral da reforma.

isso, a recomendação era a de os operários e demais trabalhadores ficarem em casa. Esse discurso foi sutilmente rebatido por meio das intervenções de representantes de centrais mais identificadas com as lutas nas ruas, que convocaram atos e bloqueios, como o do dirigente da CSP-Conlutas, que disse: “Não saiam de casa no dia 14, só se for pra fazer piquetes”. A todo momento, havia o chamado para que todos se engajassem nas atividades e levassem o panfleto unificado. A representante do MST e Frente Brasil Popular concentrou sua intervenção na questão fascista, racista, homofóbica e misógina do governo Bolsonaro, mas não mostrou o que esses movimentos estão fazendo e farão na greve geral. O MTST destacou as assembleias populares nas ocupações e praças, com a presença de Bóulos.

Como se vê, havia dois grupos de dirigentes: um que defendia esvaziar as ruas, e outro que falava de atos, desde a madrugada, até o final do dia, com a concentração na Paulista. Havia, também, aqueles que diziam que era preciso uma grandiosa greve para que o governo e Congresso Nacional pudessem ouvir a voz dos trabalhadores, como expressou a UGT: se o “caminho não for o diálogo, vamos buscar outro”. E os que falavam contra a negociação de pontos da reforma. No entanto, a posição majoritária era de uma greve passiva (ficar em casa), e de pressão aos deputados, materializada na intervenção de que, após a greve, as centrais iriam se reunir para discutir novas

pontos: 1) que a reforma da Previdência só será derrotada por meio da ação direta, tendo à frente a classe operária; 2) uma poderosa e combativa greve geral, com piquetes, bloqueios de manifestações de rua; 3) que é preciso apontar a greve geral por tempo indeterminado; 4) a não submissão

do movimento ao jogo parlamentar e às emendas ao projeto de Bolsonaro/Guedes; 5) que é preciso erguer alto a bandeira de derrotar integralmente a reforma da Previdência, daí a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência”.

Diferentemente da plenária da CSP-Conlutas, em que somente os sindicalistas e seus partidos puderam intervir, a plenária das centrais não impediu a fala de ninguém. Os burocratas sindicais procuraram ser “amigáveis” com todas as correntes. É claro que essa conduta era importante para aglutinar todos ao calendário já determinado pelas centrais. E, também, porque se tratava de uma plenária de militantes, seja do movimento operário ou popular.

A importância dessa plenária está em que permitiu, ao mesmo tempo, aglutinar todas as forças em torno à preparação da greve geral, e colocar abertamente duas posições opostas, a que pretende reunir forças para as negociações no Congresso Nacional, e a que está pela derrubada integral da reforma. Permitiu, também, verificar a fragilidade da posição da CSP-Conlutas, que evitou se chocar frontalmente com as posições burocráticas que pretendem submeter o movimento às decisões do Congresso Nacional. O mais importante, no entanto, é que serviu de tribuna, para que o POR defendesse a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!”, e os métodos proletários para derrubar e enterrar a reforma.

1989
2019

30 anos
construindo
o partido-
programa



São Paulo

Reunião do Comitê de organização da greve geral da Lapa

No dia 1 de junho, foi constituído o comitê da Lapa. Contou com representantes dos metalúrgicos de São Paulo, da saúde, de professores, de estudantes e movimentos por moradia e em defesa do hospital Sorocabano. Foi feita uma intervenção geral sobre a divulgação da greve do dia 14 nos locais de trabalho e estudo. Em seguida, foi aberta a palavra para as avaliações do movimento.

Entre as avaliações, compareceram duas posições: 1) a greve ativa, como bloqueios de rodovias e avenidas, desde a manhã e concentração unitária no final do dia; 2) a greve de convencimento, de que nesse dia não é para ir ao trabalho. Essa segunda posição, ainda que oculta, estava expressa no pouco empenho em convocar as manifestações e bloqueios na região.

Rio Grande do Norte

Foi constituído o Comitê Unificado da UFRN



A partir da iniciativa do POR e LSR (PSOL), foi feito um chamado à vanguarda para a criação do Comitê Unificado UFRN. Compõem efetivamente o Comitê, direções de CAs, direção do SINTEST, Frente Popular dos Pós-graduandos, POR, LSR, anarquistas e estudantes, técnicos e professores de base. A direção da ADURN (docentes) chegou a participar da primeira reunião, mas logo abandonou. A direção do DCE (CNB/PT) a tem ignorado.

O Comitê foi formado com o fim de construir a luta unitária dos três setores da universidade, e passou a unir a pauta da luta contra os cortes com a de luta contra a Reforma da Previdência. Na sua primeira reunião, se colocou pela construção de uma Assembleia Geral Unificada, assim como assembleias setoriais. Na construção do dia 30, o Comitê deu seus primeiros passos, realizando panfletagens, passagens em sala, agitação no corredor e oficinas de cartazes. Para o ato, levou a faixa com as bandeiras “Não aos cortes! Abaixo a Reforma da Previdência! Greve geral!”.

O abandono das direções da ADURN e DCE na construção do Comitê dificulta a construção de uma assembleia dos três setores. Na reunião, após o dia 30, avaliou-se a necessidade de o Comitê focar na construção de assembleias setoriais unificadas, nos setores onde está inserido, e, a partir delas,

Houve um ponto polêmico, diante da colocação do POR de que era preciso impulsionar uma poderosa greve para derrubar integralmente a reforma, e rejeitar o jogo dos parlamentares de apresentarem emendas ao projeto do governo. Aqueles que discordaram, entre eles os ex-militantes do PSTU, hoje no PSOL, de que as emendas ao projeto servem para postergar a votação e criar “confusão no terreno do inimigo”. Como eram posicionamentos, não se deliberou.

A reunião concluiu um calendário de mobilização, a partir das escolas e outros locais de trabalho, e duas panfletagens unitárias, dias 6 e 12 de junho. Marcou-se para o dia 10, nova reunião do Comitê.

São Paulo

Criação do Comitê de Luta em Francisco Morato

O POR convocou e participou da reunião para criação do Comitê de Luta contra a Reforma da Previdência Social, em defesa da aposentadoria, no dia 1 de junho, em Francisco Morato. Os comitês de luta nos bairros são fundamentais para esclarecer e aglutinar os explorados, bem como a juventude. O centro da discussão foi de que é preciso um comitê de luta independente da política burguesa, seja do governo, seja do Congresso Nacional. E que tenha como principal tarefa a organização da greve geral de 14 de junho. Destacou, também, a importância de uma greve ativa com manifestações de rua, bloqueios de avenidas, fechamento de ruas, etc.

Nas discussões, o POR enfatizou que a reforma da Previdência só será derrubada pela ação direta e coletiva dos explorados. Que classe operária e demais trabalhadores não devem ter ilusões no Estado e na democracia burguesa. E que não serão os abaixo-assinados, nem a política de pressão parlamentar que irão pôr fim à reforma e aos cortes de verbas dos serviços públicos, e a todas as medidas de ataques à vida da juventude, da classe operária e dos demais trabalhadores. A reunião do comitê concluiu com a importância de todos se integrarem às panfletagens e à organização da paralisação nos locais de trabalho e estudo.

criar as condições, pela base, para a realização de uma Assembleia Geral Unificada. Discutiu-se também a necessidade de o Comitê se organizar em bloco nos atos, assim como realizar mobilização entre os terceirizados. Encaminhou-se a formação de comissões setoriais de mobilização, que terão como tarefa articular as assembleias setoriais junto aos demais CAs e estudantes, assim como facilitar a organização do Comitê nos atos.

A construção da greve geral, chamada pelas centrais, coloca concretamente a constituição dos comitês de frente única junto aos partidos, entidades e demais lutadores, para organizar a vanguarda em torno das tarefas imediatas da luta, e proporciona ao partido revolucionário um ambiente favorável para a penetração da política revolucionária.

Recife

PCdoB boicota Comando Unificado de Mobilização na UFPE

As assembleias de estudantes, professores e técnico-administrativos aprovaram a criação do comando unificado de mobilização e convocatória da Assembleia Geral Universitária. No encaminhamento, porém, é possível perceber a sabotagem das direções estalinistas, que dirigem a Adufepe e a UNE. Nas primeiras reuniões, todos estiveram presentes. O diretor da Adufepe quis impor que as decisões fossem por consenso, o que na verdade levaria a um poder de veto individual, no caso, dele mesmo. Os presentes deliberaram que, nas questões não consensuais, deveria haver votação. O ato contra a vinda de Bolsonaro foi realizado com todos os obstáculos impostos pelas entidades burocratizadas.

A Assembleia Estudantil, preparatória ao 30 de maio, aprovou a data da Assembleia Unificada para 5 de junho. Imediatamente, foi feita a articulação com a Adufepe e representante da UNE, para definir o local e horário, obtendo

o acordo do diretor do sindicato dos técnicos. Na sequência, porém, a direção da Adufepe sabotou os encaminhamentos, impedindo a manutenção da data indicada.

O Comando voltou a se reunir, no dia 3 de junho, sem que a Adufepe não enviasse nem mesmo um representante. Os presentes decidiram manter a convocatória da Assembleia Unificada, como passo importante para combater os ataques às condições de trabalho e estudo na UFPE e, sobretudo, como parte da construção da Greve Geral de 14 de junho. A Assembleia será realizada no dia 10 de junho, e estamos trabalhando para que professores, técnicos e estudantes quebrem as barreiras corporativas, adotem os métodos de ação direta no combate contra os cortes, o privatismo, a ingerência do Estado na Universidade, a crescente repressão, em unidade com a defesa da Previdência social, dos empregos e dos salários.

Assembleias dos campi do IFPE aprovam a Greve Geral do dia 14 de junho! Derrubar a Reforma da Previdência!

A seção do Sinasefe de Pernambuco, entre os dias 4 e 10 de junho, está com rodada de assembleias nos campi para aprovação e organização da greve geral, contra a Reforma da Previdência. As assembleias dos campi de Recife, Cabo de Santo Agostinho, Vitória, Ipojuca, Belo Jardim e Barreiros deliberaram por greve no dia 14 de junho.

A luta contra a reforma da Previdência despertou uma base de luta, que não se movimenta amplamente desde 2012, na greve nacional das Instituições Federais de Ensino, e que compreende que o meio para defender o direito à aposentadoria e a educação é nas ruas, parando a produção. As experiências das greves, piquetes e manifestações de anos anteriores foram apontadas pelos presentes, como forma de responder às questões levantadas.

A assembleia de Recife não foi massiva como a que preparou o dia 15 de maio. Os informes iniciais e intervenções dos servidores demonstraram que os que estavam presentes estavam dispostos a organizar uma greve efetiva no campus. Questões levantadas: “como mobilizar os estudantes e docentes? ”; “como evitar que os professores furem a greve? ”; “como evitar o corte de ponto? ”; “como atuar junto aos movimentos de fora do IFPE, que fazem campanha da greve geral (exemplo da panfletagem convocada pelas centrais)? ”; “a greve da educação só surte efeito quando tomamos as ruas, como garantir isso?”.

A luta contra a reforma da Previdência despertou uma base de luta, que não se movimenta amplamente desde

2012, na greve nacional das Instituições Federais de Ensino, e que compreende que o meio para defender o direito à aposentadoria e a educação é nas ruas, parando a produção. As experiências das greves, piquetes e manifestações de anos anteriores foram apontadas pelos presentes, como forma de responder às questões levantadas. Dentre as respostas aos

questionamentos, a coordenação do Sinasefe-PE e do Sinasefe Nacional apontaram que o método da greve não está dissociado da necessidade de piquetes, seja com barricadas, sonoros, ou com grupos de pessoas – como forma de garantir a greve, deliberada coletivamente, em contraposição da decisão individual de furar a greve. O POR defendeu a formação dos comitês, a integração com o

Comando da UFPE, e os métodos da ação direta. Após aprovação da greve do dia 14, foi encaminhado que, se o campus apenas se somaria aos atos, ou se construiria no campus; a maioria tirou por construir no campus, com formação de grupos para organizar atividades, como plenária de estudantes e servidores, aula pública sobre a reforma da Previdência e panfletagem no campus.

Há disposição de luta contra a reforma da Previdência e os demais ataques do governo. Que o dia 14 de junho seja o início de uma grande greve geral, que expresse a unidade dos oprimidos contra o aumento da opressão capitalista. Abaixo a Reforma da Previdência! Pelo direito à aposentadoria e dos direitos trabalhistas!

No interior da unidade em torno da greve geral, um posicionamento divergente

A Apeoesp convocou as reuniões de representantes de escolas, que ocorreram no dia 6 de junho. O objetivo era o da preparação da greve geral nas unidades escolares, a divulgação das panfletagens com outros setores, e a organização do dia 14 de junho.

Na Lapa, o POR interveio com uma declaração, que tinha como conteúdo a defesa das bandeiras de derrubada integral da reforma da Previdência. Foram feitas várias intervenções por parte das correntes e por professores independentes. Todas indicavam a enorme disposição de luta, bastante aquecida com as exitosas manifestações dos dias 15 e 30 de maio. Os militantes do PT enfatizaram a necessidade de combinar as bandeiras de “Fora Bolsonaro” com a de “Lula Livre”. Os professores de base concentraram na exigência de que o sindicato respondesse aos ataques de Doria, como as férias repartidas, o Inova-educação, etc. Outras correntes, entre elas o POR, mostraram que os ataques de Doria fazem parte da política geral, que vem sendo implantada pelo governo Bolsonaro. Daí a necessidade de responder a esses ataques de conjunto, que inclui a luta contra a reforma da Previdência. Mas, uma das colocações do POR, apresentada como resolução a ser votada, causou divergência no plenário.

Eis a resolução:

Derrubar a reforma da Previdência

Todos os partidos no Congresso Nacional apresentaram emendas à reforma da Previdência. São 277 emendas. A reforma atende aos interesses gerais da burguesia e, em particular, do capital financeiro. Portanto, se opõe às reais necessidades da maioria explorada. É obrigatório que os partidos que se dizem contrários à reforma da Previdência rejeitem integralmente o projeto de Bolsonaro/Guedes, e qualquer outro projeto alternativo. A tentativa de partidos de oposição, de apresentarem emendas ao projeto de reforma da Previdência, cria a ilusão de que é possível sair do Congresso Nacional uma reforma que

A apresentação por escrito da resolução que defende a derrubada integral da reforma da Previdência rejeita a linha de apresentar emendas ao projeto do governo e combate à sujeição do movimento ao jogo parlamentar se mostrou acertada.

Na Regional (RE) da Apeoesp da Lapa, a discussão foi intensa e a resolução foi votada. Nos REs de Itapequerica da Serra, Itaqueria e Mauá, não se chegou a esse ponto, mas não deixou de nortear a linha de intervenção da vanguarda na greve geral.

Itapequerica da Serra

A Unidos pra Lutar, corrente do PSOL, fez uma intervenção em defesa da posição de seu partido. Notamos que se desconhecia a emenda assinada pela bancada do PSOL, cuja crítica é feita neste número do jornal Massas. O representante da Corrente Proletária da Educação/POR propôs que se votasse. A mesa, dirigida pela Unidos, considerou que não via problema na resolução, que foi aprovada por unanimidade.

A ausência de compreensão acabou levando à equivocada avaliação de que a concordância era geral. Ao contrário, o conteúdo da resolução se choca com a posição dos parlamentares do PSOL, mais precisamente com a sua emenda. É necessário assinalar que a inconsequência política se traduz, na prática, em oportunismo.

Itaqueria

Em Itaqueria, o POR apresentou a resolução de que os traba-

não sacrifique os explorados.

É um dever dos partidos e parlamentares da oposição usarem a tribuna do Congresso Nacional para rejeitar na íntegra a reforma da Previdência, mostrar o caráter de classe dessa reforma, recusar o jogo das emendas, e defender a greve geral como o caminho para pôr abaixo as contrarreformas do governo.

As centrais sindicais têm o dever de deixar claro aos trabalhadores e à juventude que a greve geral é para enterrar a reforma da Previdência, e não para servir às negociatas em torno do projeto de Guedes. Nada de canalizar a luta para o jogo parlamentar.

Dia 14 de junho, parar o País, e ganhar as ruas! Erguer bem alto a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!”

Duas posições foram à votação: 1) a resolução do POR; 2) o adendo que retirava o conteúdo contrário à submissão do movimento ao jogo de emendas, apresentadas pelos partidos de oposição. Os militantes do PSOL, Resistência, ex-PSTU, defenderam que as emendas dizem respeito à tática no parlamento. E que é fundamental criar “confusão no terreno do inimigo”, para postergar a votação da reforma. O POR insistiu no argumento de que é preciso derrubar a reforma integralmente pelos métodos próprios dos explorados. Lembrou do desmonte da greve geral de 28 de abril de 2017, devido à política que submeteu o movimento à pressão parlamentar, facilitando a Temer e ao Congresso Nacional que aprovassem a reforma trabalhista. Denunciou que há um discurso comum no Congresso Nacional de que é preciso uma reforma da Previdência. Mostrou o papel dos parlamentares classistas de usarem a tribuna do Congresso Nacional para conchamar os explorados à greve geral. E concluiu que a reforma será derrubada nas ruas, tendo à frente a classe operária. A posição do POR venceu a plenária. O que demonstra desconfiança, em uma parcela da vanguarda, diante das manobras no parlamento e confiança somente na força do movimento.

lhadores devem rejeitar as emendas ao projeto de reforma da Previdência. A Conspiração Socialista apoiou a resolução. Uma ala do PSOL, porém, fez duas observações: 1) que nem todos os partidos de esquerda fizeram emendas, alegando que o PSOL é um deles; 2) que o momento exige a construção do dia 14 de junho, e que não cabe levantar desconfianças em relação à direção do movimento e aos parlamentares. Finalmente, propôs trocar a palavra todos por alguns, ficando a frase: alguns partidos de oposição fizeram emendas. Assim, a resolução foi aprovada com essa formulação contraditória, pois, o PSOL também fez emendas à Reforma.

A discussão, também em Itaqueria, careceu de profundidade. Basta ver a colocação de que não se trata de desconfiar da direção do movimento e dos parlamentares. Ocorre que não se trata de desconfiança, mas de fatos concretos. A bancada parlamentar do PSOL apresentou uma emenda, analisada aqui no jornal Massas. Vemos que a militância de base do PSOL pouco sabe sobre as ações de seus parlamentares. Pelo visto, os seus deputados não precisam de

autorização para atuar em questões de tamanha importância para o movimento operário e popular. É bem provável, também, que a militância inorgânica e fluida não se centraliza e não tem necessidade da centralização.

O PSOL, por não ser um partido revolucionário, não assenta

sua organização no centralismo democrático. O federativismo e a inorganicidade permitem que a militância de base vote a resolução apresentada pelo POR, que se opõe frontalmente à posição dos parlamentares do PSOL. O que não é bom para dura tarefa de derrubar e enterrar a reforma da Previdência.

Emenda do PSOL à reforma da Previdência

Diante da crítica do POR de que a participação da oposição com emendas era incorreta, tivemos como resposta que se tratava apenas de uma tática para postergar a votação e denunciar a reforma, assim, vimos a necessidade de demonstrar concretamente o erro, analisando a emenda assinada pela bancada do PSOL.

O problema não está em apenas incentivar a ideia sobre a possibilidade de alterar a Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019, modificando o sistema tributário e previdenciário. Há um outro lado, que diz respeito à discussão em torno da justificativa do governo quanto ao déficit público, o peso da Previdência e a fonte de financiamento.

Segundo o ministro Paulo Guedes, a Previdência provoca um rombo no Tesouro Nacional, de forma que, para resolvê-lo, é preciso uma economia de R\$ 100 bilhões ao ano, que dentro de uma década alcançaria R\$ 1.072,4 trilhão. Essa economia permitiria reverter a tendência de crescimento da dívida pública, que saltou, de 63%, em 2014, para 74% do PIB, em 2017.

Os deputados do PSOL, em sua emenda, questionam a justificativa, mas concluem apresentando uma via de possível solução para o desequilíbrio estrutural, provocado pela dívida

do capital financeiro; não para evidenciar os interesses do imperialismo; e não para concluir que a dívida pública não deve ser paga. Para eles, o problema está em alterar o regime de arrecadação tributária, de maneira que se continue sustentando a dívida de R\$ 5 trilhões, e a carga anual de juros, da ordem de R\$ 350 bilhões, sem penalizar os mais pobres. Bastaria substituir o sistema tributário regressivo pelo progressivo. Os mais ricos pagariam mais e os mais pobres, menos. Estabelecer-se-ia uma justiça tributária no país.

A emenda do PSOL apresenta um mecanismo de tributação progressiva, que garantiria a mais, anualmente, aos cofres públicos, o valor de R\$ 142 bilhões. Cobriria, portando, os R\$ 100 bilhões anuais do projeto do governo. De maneira que o “modelo tributário mais justo e eficiente” do PSOL daria à burguesia uma solução ao problema do déficit fiscal, e resolveria a questão da Previdência; ao mesmo tempo, daria aos mais pobres e à classe média a possibilidade de se livrarem da carga tributária que lhes pesa nos ombros. É assim que esses socialistas pretendem rejeitar a reforma da Previdência do governo, defender a educação e a saúde, e alcançar uma “sociedade mais igualitária”.

A burocracia sindical já assinalou que está em andamento uma negociata parlamentar em torno às emendas ao projeto original. O PT, PCdoB, PDT e PSB também apresentaram emendas. Cada um à sua maneira e com seus interesses eleitorais, servirão no final das contas para a aprovação da reforma da Previdência, com estas ou aquelas mudanças.

pública e pela carga de juros gigantescos. Assinalam que a justificativa do governo não leva em consideração a enorme queda de arrecadação tributária, devido à recessão de 2015 e 2016, e a lenta recuperação nos anos 2017 e 2018. Mesmo com a “forte contração dos gastos públicos nos últimos anos, que recaiu, principalmente, sobre as despesas discricionárias, a dinâmica recessiva acarretou em considerável queda das receitas”. A emenda questiona, assim, “o diagnóstico de uma crise fiscal gerada por um descontrole nos gastos públicos, principalmente, os previdenciários (...)”.

Fundamentada a crítica aos pressupostos que sustentam a brutal reforma da Previdência, os parlamentares do PSOL passam a apresentar a solução ao equilíbrio fiscal “por meio da ampliação das receitas”. Eis a fórmula: “E é exatamente neste ponto que a presente emenda visa a oferecer uma contribuição: é possível, se desejável, ampliar a arrecadação tributária no Brasil, de forma a promover o ajuste fiscal de curto prazo sem, contudo, penalizar os mais pobres, avançando na construção de uma carga tributária mais justa e eficiente”. Nota-se que os parlamentares do PSOL questionam a fundamentação e o diagnóstico de Bolsonaro/Guedes não para denunciar o saque ao Tesouro Nacional, promovido pela dívida pública parasitária; não para atacar os interesses

O sonho socialdemocrata de substituir os impostos regressivos pelos progressivos é antigo. Esses representantes democráticos da burguesia utilizam essa bandeira para submeter o proletariado e as massas em luta às disputas interburguesas em torno à distribuição da parcela da mais-valia – extraída da exploração do trabalho –, obtida por meio dos impostos. É impensável uma reforma tributária dessa natureza na época do capitalismo monopolista e em decomposição. A idealização pequeno-burguesa dos socialistas do PSOL acaba servindo tão somente aos interesses da burguesia em encontrar meios para sustentar a dívida pública.

A classe operária e demais explorados vão à greve geral no dia 14 de junho. A burocracia sindical dirigente já assinalou, por meio do discurso do Paulinho da Força, no 1º de Maio, que está em andamento uma negociata parlamentar em torno às emendas ao projeto original. É de se esperar que os parlamentares de oposição utilizem o movimento para ocupar um lugar cômodo diante da revolta das massas. O PT, PCdoB, PDT e PSB também apresentaram emendas. Cada um à sua maneira e com seus interesses eleitorais, servirão no final das contas para a aprovação da reforma da Previdência, com estas ou aquelas mudanças.

O classismo revolucionário está diante de um choque de posição no interior da frente única, que realizou as manifestações dos dias 15 e 30 de maio, e que prepara a greve geral. A direção burocrática se apoia na frente única de luta para obter força social nas negociações parlamentares. O classismo revolucionário tem a frente única das massas para derrubar integralmente a reforma da Previdência. A direção burocrática

procura limitar o potencial da luta de classes. O classismo revolucionário, ao contrário, se esforça para que o proletariado dirija um grande movimento de luta de classes.

Infelizmente, não há no Congresso Nacional sequer um parlamentar de fato socialista. Se houvesse, mostraria aos explorados que, qualquer que fosse a reforma da Previdência, sacrificaria a maioria oprimida. Explicaria o conteúdo da bandeira de Abaixo a reforma da Previdência. Denunciaria o brutal parasitismo da dívida pública. Chamaria a classe operária

e demais explorados a potencializar o método da ação direta, lançando-se à greve geral e às manifestações coletivas. Rechaçaria o jogo parlamentar das emendas. E desmascararia o oportunismo da oposição burguesa e pequeno-burguesa.

É dever da vanguarda que organiza o movimento no campo da independência de classe denunciar as manobras políticas que levam às negociações parlamentares, e levantar bem alto a bandeira *“Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!”*.

NOSSA CLASSE - Política Operária

Greve Geral, dia 14 de junho

Abaixo a Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!

A classe operária tem de tomar a frente da luta pela derrubada das reformas que sacrificam a vida da maioria oprimida. Em 15 de maio, a greve nacional da educação ganhou as ruas nas grandes cidades. Os estudantes, em 30 de maio, voltaram às ruas. Reivindicaram o fim dos cortes de recursos da educação, e levantaram a bandeira de defesa do ensino público.

No dia 14 de junho, vamos aumentar nossas forças, parando a produção, os transportes, o comércio, as escolas e todas as atividades econômicas. A diferença, agora, é que a classe ope-

rária vai encabeçar o movimento dos explorados e da juventude pela derrubada da reforma da Previdência. Vamos parar tudo e ganhar as ruas.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a mostrarem ao governo, ao Congresso Nacional e aos capitalistas que estamos pela derrubada da reforma da Previdência. A greve geral é uma poderosa arma para defender os empregos, os salários, o ensino público e os direitos trabalhistas e previdenciários.

Todos à greve geral! Todos às manifestações de rua!

QUE A GREVE GERAL SEJA BEM ORGANIZADA, FIRME E UNITÁRIA

Nas fábricas, devemos discutir a participação e a organização da greve geral. Devemos exigir que o sindicato e as centrais sindicais convoquem e organizem a greve geral. É preciso unificar a luta em todas as fábricas, para que a greve seja total. Temos de convencer nossos companheiros que ainda estejam em dúvida sobre a necessidade de parar a produção.

A reforma da Previdência aumenta o tempo de contribuição, aumenta a idade mínima das mulheres, impossibilita à maioria de alcançar a aposentadoria integral, e impede que milhões possam se aposentar. É contra esse brutal ataque que a classe operária e demais trabalhadores vão à greve geral.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que todos os operários entendam que essa é uma luta necessária para a defesa da vida da maioria explorada. Para organizar bem a greve, é bom formar os comitês de luta e preparar os piquetes nos locais de trabalho para que todos estejam unidos.

A greve geral deve ser ativa e combativa

A greve ativa e combativa é aquela que paramos a produção, vamos às ruas, marchamos unidos e fazemos os bloqueios e os protestos. A greve geral é mais ativa e combativa quando não ficamos em casa, quando mostramos nossa força coletiva com as manifestações de rua. Os bairros onde vive a maioria explorada devem organizar os protestos da greve. É assim que o governo e o Congresso Nacional vão ver a seriedade da nossa luta. Só assim vão ouvir nossa reivindicação de derrubada integral da reforma da Previdência.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos, as centrais e os movimentos pela moradia, pela terra, pela saúde e pela educação organizem a greve ativa e combativa.

Dia 14 de junho, dia da verdade

Bolsonaro, Guedes, Maia, o rádio, a TV e as entidades patronais (Fiesp, CNI, etc.) vêm espalhando a mentira de que a reforma da Previdência serve para acabar com os privilégios dos ricos e proteger os pobres. A verdade é que a reforma vai obrigar quem trabalha muito e ganha pouco a trabalhar mais tempo, e contribuir muito mais, para conseguir uma aposentadoria miserável, quando estiver à beira da morte. Quem depende de um emprego e de um salário é que sabe o quanto custam o desemprego e subemprego. Os parlamentares, juízes, militares de alta patente, governantes, e todos aqueles que exploram o trabalho alheio continuaram com

suas vidas folgadas. Esses ricos têm de dinheiro de sobra e sequer precisam de aposentadoria. A verdade é que a reforma da Previdência tira dos assalariados para dar aos banqueiros, que recebem bilhões de reais, somente em juros da dívida pública.

O Boletim Nossa Classe alerta os operários a não acreditarem nesse conto de que a reforma da Previdência é para acabar com os privilégios e proteger os pobres. A greve geral vai dizer ao governo e ao Congresso Nacional que não acreditamos nessas mentiras. A verdade está na necessidade de derrubar essa reforma maldita.

Não queremos e não aceitamos negociatas

O presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, disse que está fazendo de tudo para agilizar a votação da reforma da Previdência. O relator do projeto de reforma informou que exigem 277 emendas. Os deputados governistas falam em aceitar mudanças, a exemplo do Benefício da Prestação Continuada (BPC) e das regras de aposentadoria dos trabalhadores rurais, deficientes e pensão por morte. Sabemos que o ministro Paulo Guedes colocou, no seu projeto de reforma da Previdência, a mudança no BPC, aposentadoria dos rurais, etc. como moeda para as negociatas. Retira-se isso ou aquilo, mas se mantém o



principal: aumento do tempo de contribuição, aumento de idade mínima, e fim da aposentadoria integral.

É importante que os trabalhadores deixem claro para os dirigentes sindicais e das centrais que não querem e não aceitam submeter a greve geral às negociatas dos deputados. Nossa reivindicação ao governo e ao Congresso Nacional é uma só: não queremos nenhuma reforma da Previdência.

O Boletim Nossa Classe chama a classe operária, demais trabalhadores e a juventude a se unirem em torno da bandeira de "Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes!"

Defender os empregos, salários e direitos trabalhistas

O governo Temer impôs a reforma trabalhista e a terceirização. Disse que era para voltar o crescimento econômico e criar empregos. O resultado tem sido o contrário. São 30 milhões de desempregos e subempregados. Os salários estão caindo e a terceirizando avançando. Essa é a verdade! A reforma da Previdência vai agravar ainda mais essa terrível situação dos explorados.

A luta não é, portanto, apenas contra a reforma da Previdência. A greve geral desperta na classe operária a necessidade de acabar com a reforma trabalhista e a terceirização. Precisamos de empregos formais (com carteira, garantia de direitos e estabilidade). Nenhuma família aguenta viver hoje empregada e amanhã desempregada. Não aguenta a contratação por tempo determinado, que rapidinho põe na rua os trabalhadores. Não aguenta que as empresas de terceirização paguem salários mais baixos e nos coloque na condição de escravos.

O Boletim Nossa Classe luta para que os sindicatos e centrais sindicais organizem o movimento contra a reforma trabalhista e terceirização. Defende emprego a todos, redução da jornada sem reduzir os salários, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho.

QUE OS CAPITALISTAS PAGUEM POR SUA PRÓPRIA CRISE!

O governo e os capitalistas precisam da reforma da Previdência para garantir o pagamento anual de juro na ordem de 350 bilhões de reais aos banqueiros e fundos financeiros. Essa montanha de dinheiro sai dos cofres da União, e, mesmo assim, a dívida continua a crescer, atingindo 5 trilhões de reais. Os explorados devem saber que vão trabalhar mais tempo, contribuir por mais tempo, e aposentar mais tarde (à beira da morte), para que os banqueiros continuem a sugar o Tesouro nacional. A crise econômica e os desequilíbrios das contas públicas são de responsabilidade da classe capitalista. Nós, da classe operária, trabalhamos duramente por um salário baixo, que para muitos é de fome. Assim, nossa resposta é: que os capitalistas paguem por sua própria crise.

O Boletim Nossa Classe se esforça em mostrar aos explorados que o capitalismo é um regime social esgotado e em decomposição. Por isso, as reformas são de maior sacrifício aos trabalhadores. Respondemos: que não se pague a dívida pública; que não se sacrifiquem os trabalhadores. Se a classe capitalista não resolve sua crise sem descarregar sobre nossos ombros, a classe operária deve tomar o poder e implantar um governo operário e camponês. Que o capitalismo dê lugar ao socialismo! Em qualquer de nossas lutas, devemos ter esse objetivo de libertação do trabalho da escravização capitalista.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Manifestações e protestos em várias capitais do país

São Paulo

POR se pronuncia no ato do dia 30, defendendo a greve geral

A concentração no Largo da Batata se iniciou logo no início da tarde, e caminhou em direção à Av. Paulista. No entanto, apesar de aglutinar um grande contingente de estudantes e trabalhadores, particularmente os dos serviços públicos, o ato esteve sob o controle burocrático dos estudantes estalinistas e reformistas, e sob bandeiras como “Fora Bolsonaro”, “eleições”, “democracia”, “Lula Livre”. O POR interveio com o manifesto nacional, bandeiras e com a banca de suas publicações.

Assim como no dia 15, no dia 30 de maio, o POR interveio no carro de som. O camarada responsável fez uma fala agitativa, chamando a juventude a se manifestar contra a reforma da Previdência e a política de cortes na educação. Explicou que os explorados estão sob um severo ataque da burguesia e seus governos, sem deixar de colocar em relevo a resposta que está sendo dada nas ruas. Mostrou, a seguir, a importância de construir uma poderosa greve geral a partir das bases, com a organização ativa por parte de cada grêmio estudantil, cada Centro Acadêmico, DCE e nos locais de trabalho. Avançou na intervenção, fazendo uma votação simbólica, pedindo aos presentes que concordassem com a greve geral para que levantassem as mãos, no que foi correspondido de forma unânime e com grande entusiasmo pela juventude e pelos trabalhadores presentes, em plena Av. Rebouças, tomada pelos milhares de manifestantes. Concluiu com a palavra de ordem de “greve geral, greve geral, greve geral!”.

A votação simbólica foi importante, dado que atendia à necessidade de que os oprimidos avançassem na constituição de seus organismos próprios de centralização das discussões, deliberações e ações. O panfleto que o POR distribuía estampava justamente a importância de converter a manifestação em uma assembleia popular. Dado o caráter mais agitativo e o pouco tempo da fala, no entanto, acabou ficando ausente na intervenção a devida ponte entre a luta pelas reivindicações mais sentidas – no caso, a defesa da Previdência e da educação públicas – e a estratégia própria de poder. Isto é, faltou demonstrar a necessidade de ir além das bandeiras corporativas e meramente sindicais, apontando a estratégia do governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Rondônia

Em Rondônia, as manifestações do dia 30 ocorreram apenas em Porto Velho e Ji-Paraná. Em Porto Velho, a manifestação contou com a presença de estudantes da Unir, do Ifro e professores da educação básica, chamados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintero). Também estiveram presentes representantes da CUT, PT e PCdoB. Havia unidade em torno à resistência aos cortes de investimento à educação, e contra a reforma da Previdência.

Em Ji Paraná, o protesto foi organizado pelos indígenas. Os estudantes indígenas fecharam os portões da universidade,



Manifestantes realizam passeata pelo centro da cidade

para poder garantir o protesto, que se estendeu até às 22 horas, mesmo com a Polícia Federal sendo acionada por um grupo de professores reacionários, que queriam trabalhar e estavam sendo impedidos.

Em Porto Velho, no momento do ato, manifestantes queimaram bandeiras dos EUA e Israel. Os dirigentes do DCE, no entanto, mesmo tendo colaborado na organização da manifestação, tiveram também postura reacionária diante da ação de queimar as bandeiras. Emitiram uma nota pública com o seguinte teor: “Os Centros Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes da UNIR esclarecem à comunidade geral e acadêmica que não apoiam qualquer tipo de radicalismo em manifestações. Defendemos que todas as pessoas são livres para se manifestarem, mas defendemos também os protestos pacíficos. Deste modo, a queima das bandeiras dos Estados Unidos e de Israel, realizada durante a manifestação do último dia 30, foi um ato isolado, realizado por algumas pessoas, sem a participação dos membros das entidades estudantis que assinam esta nota. Dedicamo-nos apenas aos protestos contra os cortes de verbas para a educação, os quais deram origem à manifestação que ocorreu nesta quinta-feira em todo o Brasil”.

A Corrente Proletária/POR interveio no ato com manifesto próprio, com a campanha da greve geral, e rechaçou a conduta reacionária e divisionista da direção do Diretório Central dos Estudantes da Unir. Cabe destacar que, após o dia 30, essa direção passou a desmobilizar o chamado para a greve Geral.

Recife

Ato multitudinário chama a greve geral

Em Pernambuco, o dia 30 de maio foi marcado por paralisação e manifestações de rua, em defesa da educação pública, e contra a reforma da Previdência. Houve atos em cidades do interior e em Recife. As assembleias preparatórias foram esvaziadas. E a intenção de algumas entidades era de fazer aulas públicas e as demonstrações do que é feito nas Universidades, como se isso fosse reverter os cortes na educação. O ato, porém, ultrapassou essas ações. Massificou-se e forjou a unidade nos atos, pelas Centrais Sindicais, sindicatos, movimentos sociais, entidades estudantis e partidos políticos. O rechaço à reforma da Previdência por parte das massas fez com que, ao menos no ato, nenhuma

das Centrais se posicionasse publicamente pela negociação de pontos da reforma. Apesar do ato também tratar da educação, o centro foi o combate à reforma da Previdência e a convocação da greve geral do dia 14 de junho.

O ato em Recife, com 100 mil pessoas, segundo os organizadores, ocorreu com vários carros de som. Apesar da dificuldade nas inscrições das falas no carro dirigido pela UNE, garantimos intervenção do POR. Assim como no carro do SindsIFPE e Sindprev. Tanto a fala de militantes da Corrente Proletária na Educação, como do representante do Comando Unificado de Mobilização da UFPE, a ênfase foi na necessidade de construir a greve geral por meio de comitês nos bairros, locais de trabalho e estudo e assembleias democráticas. Afirmamos que qualquer mudança na lei será para pior, por isso, qualquer negociação de parlamentares e centrais resultará em retirada de direitos. Indicamos que é preciso, desde já, saber que a greve geral de 14 de junho deve demonstrar a força da classe operária, parar a produção. Mas, deverá ter continuidade. Mostramos que será com a conquista da independência de classe que poremos abaixo o governo de ditadura-militar policial de Bolsonaro e a reforma da Previdência.

Fortaleza



30 maio Fortaleza - A manifestação reuniu cerca de 100 mil pessoas que saíram em cortejo até o centro e de lá para a Concha Acústica da UFC

O dia nacional de lutas em defesa da educação, convocado pela UNE-UBES, e apoiado pelas centrais e sindicatos, ocorreu na praça da Gentilândia. Também foram registrados atos com expressiva adesão nos municípios de Sobral, Barbalha, Quixadá, Iguatu, Itapipoca, Jucás, Morada Nova e Itarema.

Em Fortaleza, a manifestação reuniu cerca de 100 mil pessoas, segundo a CUT, que saíram em marcha até o centro, e de lá para a Concha Acústica da UFC. O número elevado de manifestantes reafirma a disposição de luta presente nos mais variados setores da educação, que exigem o fim do corte bilionário que golpeia escolas e universidades. Novamente escolas da rede básica de ensino e as universidades pararam. Mais uma vez, verificou-se a presença massiva de estudantes universitários, do IFCE, docentes e, em menor grau, estudantes secundaristas. No caso destes últimos, pesou a ausência da vanguarda que, no passado, esteve à frente das ocupações (hoje, praticamente fora do ensino médio), mas, principalmente, o atraso político e ideológico, expressa na fraqueza ou inexistência de grêmios combativos.

As direções do movimento (UNE, UBES, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo etc) falaram abstratamente da luta em defesa da educação; outros frisaram o vínculo entre os cortes e a reforma da Previdência, mas sem denunciar o caráter de

Balanço das mobilizações de 30 de Maio

classe do governo Bolsonaro e a bárbara desintegração capitalista que está na base da ofensiva patronal contra as condições de vida dos explorados. A linha política predominante, e sob a qual foi conduzido o massivo ato, se resumiu à ideia de que a saída para as massas oprimidas, diante da atual crise, está na volta do PT/Lula ao Palácio do Planalto, isto é, na substituição de um governo autoritário por um governo de colaboração de classes. Não casualmente, a palavra de ordem de “Lula Livre” era manejada pela burocracia sindical com o máximo teor eleitoral, e completamente desvinculada da luta de vida ou morte que atualmente os explorados travam contra a burguesia, pelo direito à aposentadoria.

O POR montou banca e interveio com sua coluna no ato, agitando palavras de ordem em defesa dos métodos da ação direta, de estatização do ensino privado, de fim dos cortes e pela derrubada da reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes. A tarefa imediata é de se apoiar e impulsionar as lutas instintivas das massas, defender as bandeiras da unidade dos explorados e ampliar a propaganda revolucionária de destruição do capitalismo pela revolução social, tal como a defesa do governo operário-camponês.

Dia 30 em Natal/RN



A manifestação repetiu o trajeto do ato anterior, do Midway para a Árvore de Mirassol, e contou com cerca de 25.000 pessoas. As Centrais fecharam acordo com a polícia, fazendo com que a multidão caminhasse apenas por uma das mãos da Avenida Salgado Filho.

O ato foi dirigido pelas direções estudantis da UNE/UBES/UEE/DCE. A atitude das direções sindicais, como a do SINTE (trabalhadores em educação), foi a de não chamar paralisação, mas apenas “apoiar” a manifestação dos estudantes. Mas, na manifestação vimos novamente o funcionalismo marchar junto com os estudantes, e levantaram-se também bandeiras contra a Reforma da Previdência. Nota-se que as bases estudantis e sindicais atenderam ao chamado do dia 30, apesar do imobilismo das direções.

O dia 30 demonstrou novamente o grau de disposição das massas a lutar contra os ataques do governo à educação e Previdência. A tarefa nesse momento é refletir essa força quantitativa em organização. Trata-se de organizar essa massa, boa parte ainda dispersa e não abarcada pelas entidades sindicais e estudantis, por meio dos comitês unificados para a construção da greve geral.

Transformar os atos de dia 30 em assembleia popular pela preparação da greve geral

Temos de ter claro que o governo Bolsonaro não cederá às reivindicações dos trabalhadores e da juventude, a não ser com uma poderosa mobilização unitária. Demos um passo, nesse sentido, no dia 15 de maio. Agora, realizamos a manifestação, convocada pela UNE, e com apoio das centrais, como continuidade dos protestos contra a reforma da Previdência, os cortes de recursos à educação, a militarização das escolas e a ofensiva obscurantista da “Escola sem Partido”.

Está claro que, desde o golpe de Estado de 2016, os governos e o Congresso Nacional só têm feito impor retrocessos à economia, com as privatizações, cortes orçamentários, aumento do desemprego e subemprego, e com suas contrarreformas trabalhista e educacional.

As terríveis consequências, em particular as que recaem sobre a juventude, são amplamente sentidas. O desemprego e o subemprego se tornaram um tormento diário. As dificuldades em combinar os estudos com o trabalho, a enorme evasão escolar, o fechamento de escolas noturnas, o crescimento da violência policial, a militarização das escolas, e o completo divórcio entre o ensino e a produção social são sintomas da desintegração do capitalismo e das políticas antinacionais e antipopulares dos governos. Não por acaso, a própria burguesia tem de reconhecer a situação de barbárie, que atinge milhões de jovens que nem estudam, nem trabalham.

Nessas condições, as reformas discriminadoras, como a do ensino médio, que impossibilitam a uma importante parcela de jovens de compatibilizar o trabalho e o estudo, medidas como a de implantar a sétima aula em São Paulo, a adoção do ensino a distância, a brutal exploração do trabalho do professor e dos funcionários, o avanço da terceirização também nas escolas, a impossibilidade de realização do ensino científico e a escola, que sufoca em vez de possibilitar as faculdades criadoras da juventude, essa realidade de conjunto se choca com as necessidades de plena utilização da força de trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, e da melhoria das condições de existência da maioria oprimida.

Essa realidade adversa obriga a burguesia e seus governos a reagirem com autoritarismo, ao ponto de Bolsonaro colocar, claramente, a militarização das escolas. A eliminação da formal autonomia universitária representa a intervenção direta do Estado e do governo sobre as universidades públicas. Objetiva-se alterar o grau de subserviência da burocracia dirigente do ensino ao Estado e à política governamental vigente.

Quanto mais reacionária e obscurantista for a política educacional – como a do atual ministro da educação –, mais se ocultam e se deformam as causas da decomposição do sistema de ensino. Mais se ocultam os reais motivos do baixo nível de aprendizagem e do desinteresse coletivo da juventude pela escola. A máscara ideológica do autoritarismo é montada por um falso diagnóstico da crise da educação, em cuja base está

a falsificação sobre as suas reais causas. Chega-se ao absurdo dos bolsonaristas atribuírem como causa um suposto predomínio do “marxismo cultural”, de um lado; a indisciplina e a perda do sentido de patriotismo, de outro. A solução seria o maior controle da burocracia escolar-universitária, por meio do intervencionismo estatal, que serviria de instrumento de repressão política e ideológica aos professores e estudantes. E da militarização das escolas, como forma de reprimir a revolta da juventude, principalmente.

Outro lado da falsificação da ultradireita bolsonarista se observa quando desvincula, completamente, o quadro de decomposição da educação das condições do país de economia atrasada, de estancamento de suas forças produtivas, e de agigantamento do sistema privado de ensino. Desvincula esse quadro da superexploração do trabalho e do desemprego massivo. Desvincula-o do divórcio existente entre o ensino e a produção social; o precipício que separa a escola da produção social se aprofunda ainda mais com a contradição entre os saltos qualitativos da tecnologia e da técnica, com o estancamento das forças produtivas e com a subutilização de uma massa de força de trabalho, estimada em cerca de 30 milhões de brasileiros.

Quanto mais reacionária e obscurantista for a política educacional – como a do atual ministro da educação –, mais se ocultam e se deformam as causas da decomposição do sistema de ensino. Mais se ocultam os reais motivos do baixo nível de aprendizagem e do desinteresse coletivo da juventude pela escola.

Assistimos, há algum tempo, à crescente influência das igrejas evangélicas na política burguesa em geral e na educação, em especial. A eleição de Bolsonaro resultou de um realinhamento das forças políticas vinculadas ao agronegócio e ao capital financeiro, expressões do grande capital. Expressou, também, um deslocamento ativo da pequena burguesia urbana e rural. As igrejas evangélicas se apoiaram nessa mudança, constituindo a vestimenta ideológica da ultradireita. O seu vínculo com o imperialismo norte-americano foi e é notório. Bolsonaro assumiu, abertamente, as diretrizes do governo militarista e fascizante de Trump. Evidentemente, a igreja católica procura se localizar diante desse realinhamento de forças, que seguiu à falência do reformismo petista. No momento, as igrejas evangélicas tomaram a frente para influenciar a política educacional. O projeto “Escola sem Partido”, embora não aprovado no Congresso Nacional, foi adotado em alguns estados, e está sendo impulsionado pelo ministério da educação.

Em 2015 e 2016, a juventude secundarista respondeu à reforma do ensino e à “reorganização escolar” (fechamento de escolas) com as ocupações em alguns estados. Foi um sinal de que o movimento estudantil estava revivendo. As ocupações de escolas dos secundaristas se distinguiram das lutas pontuais nas universidades, por se erguerem como um movimento que afrontava a política dos governos.

As manifestações de 15 de maio tiveram uma massiva presença de estudantes. Em todo o país, as universidades se colocaram em luta contra os cortes do orçamento. Essa resposta confluiu com a greve nacional da educação contra a reforma da Previdência. O movimento unitário de estudantes, professores, funcionários e populares deverá desaguar na greve geral de 14 de junho. Esse dia 30 de maio tem a tarefa de organizar e fortalecer a unidade dos estudantes com a classe operária e demais trabalhadores, para derrotar a reforma da Previdência, os cortes orçamentários e a política educacional fascistizante.

Os atos em todo o país devem se transformar em assembleias populares pela greve geral, e pelas reivindicações que defendem a vida dos explorados e a escola pública. É importante evitar qualquer desvio de caminho. Devemos estar em alerta contra as tentativas das direções burocráticas de usar a luta das massas para negociar alterações na reforma da Previdência. Devemos, ainda, rejeitar bandeiras diversionistas, como a de novas eleições. A unidade dos explorados para derrubar, por meio da ação direta e com a organização independente, se concentra, no momento, na derrubada integral da reforma da

Previdência e das medidas reacionárias contra a educação.

As bandeiras que melhor expressam o combate integral a esses ataques e ao governo são: Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes, não aos cortes orçamentários, autonomia universitária, regida pela assembleia universitária, sistema único e público de educação, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha, pela completa liberdade de ensino, expressão, organização e manifestação.

Devemos ter claro que somente um dia de paralisação nacional não é suficiente para impor uma derrota ao governo, ao Congresso Nacional e à burguesia. É necessário deixar claro que, se necessário, vamos à greve por tempo indeterminado. A forma de neutralizar e enterrar as manobras das direções de usar o movimento para as negociações parlamentares é a de dobrar a força das massas, fortalecer sua unidade e criar as condições para a greve geral por tempo indeterminado.

Que os atos de 30 de maio se transformem em assembleias populares pela organização da greve geral de 14 de junho!

Quinzena Operária

GREVE GERAL DE 14 DE JUNHO DE 2019

Pôr abaixo a reforma da previdência!

A greve geral que ocorrerá daqui a alguns dias tem como precedente mais próximo a greve geral de abril de 2017 contra a mesma reforma da previdência, a reforma trabalhista e a lei da terceirização. A história da luta de classes no Brasil é marcada por inúmeros movimentos que chegaram à greve geral. Acreditamos ser útil expor as principais lutas do passado que evidenciam a disposição de luta da classe operária contra a exploração capitalista e suas brutais consequências.

1. A Primeira Greve Geral no Brasil

Ocorreu em julho de 1917. Os operários do Cotonifício Crespi, localizado no bairro da Mooca, reivindicam o aumento de 25% sobre os salários. A negativa dos patrões e a ameaça de fechamento da fábrica até o encerramento da greve levou os operários de outras fábricas a se solidarizarem. O que fez com que a cidade de São Paulo atravessasse um intenso período de agitação política e paralisação das principais atividades econômicas. A cidade ficou por dias sob o controle da classe operária.

Com o Comitê de Defesa Proletária, organismo de centralização do movimento, os operários enfrentaram a fração burguesa do mais avançado centro industrial do País. Eis as reivindicações: jornada de 8 horas de trabalho, redução dos aluguéis, direito de organização, regulamentação do trabalho das mulheres e crianças, aumento salarial de 35% para os salários inferiores a 5 mil réis, e 25% para os demais.

A greve geral de São Paulo obteve uma importante vitória econômica e política. A conquista da jornada de 8 horas, entre elas. A principal vitória política foi a de se expressar como movimento classista independente do controle patronal, e a de alcançar a unidade na luta por meio da greve geral. A greve geral de São Paulo assinalou o início de um período de ascensão do movimento operário.

2. A greve geral de 1983

Foi a primeira greve geral depois do fim do governo militar. Milhares de metalúrgicos, petroleiros, bancários, professores ganharam as ruas no dia 21 de julho. Convocada pela Comissão Nacional pró-CUT e centenas de sindicatos, a greve geral marcou a luta para pôr abaixo a ditadura militar e seus planos de fome. Ocorreu um mês antes da fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 28 de agosto de 1983. Foi o resultado das combativas greves, ocorridas no ABC nos anos de 1978 e 1979.

O general João Baptista Figueiredo vinha impondo decretos, como o que retira direitos do funcionalismo (abono de férias, auxílio alimentação e transporte, etc.). Ao mesmo tempo, aplicava a diretriz do imperialismo de privatização das empresas estatais.

A greve geral teve por base as enormes necessidades. O desemprego, o arrocho salarial, a inflação de mais de 100% ao ano, e o custo de vida insuportável causavam revoltas da maioria da população. Sob repressão e enorme campanha do governo militar contra o ascenso operário, criou-se um comando geral para convocar a greve geral.

No dia 21 de julho, o País parou. Estima-se que 3 milhões de trabalhadores foram à greve geral. O governo respondeu com mais repressão: 800 prisões só na Grande São Paulo. O movimento grevista foi um duro combate à ditadura militar, que já cambaleava. É importante ter claro que, com a greve geral, foi selado o destino do governo Figueiredo e do regime de 1964.

3. Duas outras greves, 1986 e 1987

A CUT e a CGT (criada pela burocracia, apoiada pelo PCB, PCdoB e MR-8 e contra a CUT) convocaram uma paralisação

nacional, em dezembro de 1986, contra o Plano Cruzado, que havia congelado salários e preços, que privatizava estatais e contra o pagamento da gigantesca dívida externa. A greve teve grande adesão no ABC e em várias capitais. Em agosto de 1987, outra paralisação ganhou projeção nacional, mas não atingiu o alcance da greve de 1986. Os trabalhadores, sob o comando dessas duas centrais, se colocaram contra o Plano Bresser, um violento ataque aos salários.

4. A greve geral de 1989

Em 14 e 15 de março de 1989, ocorreu a greve geral de 48 horas. Foi um levante dos explorados contra o Plano Verão, que impunha mais demissões e manutenção dos salários de fome. Exigia a reposição salarial de acordo com a inflação, que era altíssima. Cerca de 35 milhões de trabalhadores aderiram à greve. Grandes manifestações tomaram as ruas de 14 grandes capitais do País.

5. Greve das categorias em luta

Três centrais sindicais, CUT, CGT e CGTB, convocaram uma Greve Nacional das categorias em luta em 12 de julho de 1990. O protesto exigia a reposição mensal da inflação e das perdas salariais, fim das demissões, contrato coletivo de trabalho, desapropriação de terras cadastradas no INCRA, defesa dos serviços públicos e não pagamento da dívida externa.

6. Limitada greve geral contra o Plano Collor

O Jornal Massas, nº 15, de 25 de maio de 1991, trouxe um balanço da greve de 22 e 23 de maio. Destacamos as seguintes passagens: *“a greve geral se limitou a 2 dias de manifestações (...). As indústrias trabalharam quase que normalmente. Quando a classe, que tem o papel dirigente na luta da nação oprimida, não sai à luta, torna-se inviável o sucesso da greve geral. Por mais que se paralisa os transportes e os serviços, se não se paralisa as forças produtivas em nível nacional, não se golpeia a fundo a burguesia e seu Estado. Não pode haver greve geral ativa se não se atrai a classe operária(...). Nesse sentido, tem grande responsabilidade pelo resultado da greve a direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC (...). Quando o principal polo operário não adere à greve, já se delinea seu resultado de antemão. A postura de Vicentinho, que defendeu que a categoria não fosse à greve, mas que se limitasse a realizar atos de protestos nos dias 22 e 23 de maio (que depois foram cancelados), abriu caminho para que o ABC inteiro ignorasse o chamado da greve geral. (...) Não pode haver dúvida de que foram as direções as responsáveis pelo desfecho da greve. Da parte dos trabalhadores, havia uma enorme disposição de luta, um descontentamento generalizado com o desemprego e o arrocho salarial”.*

7. Greve geral de 1996

A greve geral foi deflagrada no dia 21 de junho. Foi organizada pela CUT, Força Sindical e CGT e tinha como principais reivindicações emprego, salário, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores. Cerca de 12 milhões de trabalhadores pararam contra as medidas de Fernando Henrique Cardoso de privatização e eliminação de direitos, a exemplo das aposentadorias.

O POR, através de seu do Jornal Massas, nº 113, propagandeou uma plataforma de reivindicações de unidade da maioria

explorada, com a bandeira de Organizemos a greve geral.

Dizia que essas reivindicações eram o ponto de partida para a luta das massas, sob a direção da classe operária. Afirmava que a greve geral era para derrotar o governo. Criticava algumas bandeiras, como a redução das taxas de juros e o caráter geral de criação de empregos. Também denunciava a conduta das centrais sindicais que reivindicavam abertura de negociação com o governo de FHC, e diziam que não se tratava de confrontar os explorados com os exploradores. Mediante essa política, não convocaram assembleias na maioria dos sindicatos, não organizaram os comitês de base e não marcaram nenhuma manifestação de massa no dia da greve geral.

8. Greve Geral de 2017

Com o título “Greve geral paralisa o Brasil”, o Jornal Massas nº 541, propagandeou a gigantesca greve geral de 28 de abril de 2017. Convocada pelas principais centrais sindicais, a greve geral tinha como eixo a luta contra a reforma trabalhista e previdenciária da ditadura civil de Michel Temer. A resposta a seus ataques às condições de vida da maioria explorada foi a paralisação das atividades em diversas capitais do País.

Além das diversas categorias do funcionalismo público, os bancários pararam em 22 estados, metalúrgicos (7) e comerciários (6). Motoristas e cobradores de ônibus pararam em pelo menos 16 capitais. A greve dos correios continuou por tempo indeterminado, exceto no Amapá, Roraima e Rio Grande do Sul.

De acordo com as centrais, cerca de 40 milhões de trabalhadores fizeram greve. Houve grande violência do Estado contra as manifestações, com muitas prisões. Foi uma rica experiência recente da luta da classe operária e dos demais explorados.

Nos meses seguintes à greve geral, as centrais sindicais fizeram o papel de algoz dos trabalhadores grevistas. Promoveram o desmonte das greves, que se seguiram com o claro objetivo de abrir negociação com o governo. O resultado final foi a aprovação da reforma trabalhista e a consequente precarização das condições de trabalho da maioria explorada.

A greve geral de 14 de julho deve encarnar a bandeira de “Abaixo a reforma da previdência”

Diante do histórico de luta da classe operária e dos demais explorados, fica a lição de que somente será possível derubar a reforma da previdência de Bolsonaro/Guedes sob a direção da classe operária e com seus métodos de luta. Não será através de acordos de bastidores e negociatas no Congresso Nacional que o governo será derrotado e deixará de aplicar a mais nefasta reforma ao direito de aposentadoria dos trabalhadores.

O Partido Operário Revolucionário faz campanha para que a greve geral de 14 de julho seja vitoriosa. Para isso, defende a constituição dos Comitês de base nas fábricas, bairros, universidades. Que as reivindicações mais sentidas pelos explorados, como o emprego, salário e a manutenção dos direitos, sejam o eixo das mobilizações. Que somente a unidade da classe operária, em greve, com os demais explorados, colocará abaixo a reforma da previdência.

Pernambuco

Não ao aumento da passagem do metrô! Controle operário do transporte público!

A Tarifa do Metrô, que era de R\$1,60, vai para R\$ 4,00, em 2020. Terá um aumento de 250%. Por acaso, o salário mínimo terá esse aumento? (Se tivesse esse ano, passaria de R\$ 954,00 para R\$2.385,00, passou para R\$ 998,00, com apenas 4,61% de aumento). O aumento da passagem é tão alto, que tentam nos enganar com um aumento “escalonado”. No mês passado, o preço aumentou de R\$ 1,60 para R\$ 2,10; em julho, passará para R\$ 2,60; em setembro, vai para R\$ 3,00; em novembro, para R\$ 3,40; em janeiro de 2020, será R\$ 3,70, e, em março de 2020, custará R\$ 4,00.

A CBTU alega uma “defasagem tarifária sob os custos operacionais”. Essa justificativa não cola. Sabemos que a CBTU vem sendo sucateada, como grande parte das outras estatais. O que ocorre é que o capital financeiro tem de abocanhar novos ramos, e isso passa por atacar estatais de países atrasados. Os governantes, junto com a burguesia brasileira, são sempre submissos e coniventes com a precarização dessas estatais, que demitem seus servidores, colocam terceirizados, promovem cortes no orçamento, boicotam descaradamente, para depois colocá-las a venda, a preço de banana. Assim tem sido com a Petrobras que colocará a venda a refinaria Abreu e Lima (Cabo-

PE), os Correios, a Eletrobras, e assim também é com a CBTU.

Esse aumento representa, para nossa classe, um aumento do custo de vida, e, maior dificuldade da juventude, que mora nos bairros afastados, de conseguir emprego ou ter acesso ao lazer. O aumento do preço da passagem não significará a solução dos problemas de transporte, os trens continuarão parecendo uma lata de sardinha de tão cheios, e com intervalos que não dependem da necessidade dos usuários. Assim como os trabalhadores do Metrô não terão 250% de aumento salarial. Ou seja, milhares de usuários pagando uma tarifa tão alta não é garantia de que melhorarão as operações do metrô.

A defesa de que o Metrô do Recife não pode limitar-se a que ele apenas continue público e estatal, pois, o controle estando nas mãos do Estado acaba servindo aos capitalistas. O que garante que o dinheiro arrecadado será convertido em melhorias? Nossas experiências diárias nos OBRIGAM a nunca confiar. O Metrô deve continuar estatal, todos os setores que foram terceirizados do metrô devem ser efetivados, e o controle operário deve ser defendido! Que o Metrô do Recife seja controlado por quem o usa e trabalha. Que seu funcionamento atenda às necessidades da maioria dos explorados.

Rio Grande do Norte

Corrente Proletária/POR elege delegado para a Plenária da FASUBRA

A Plenária Nacional da FASUBRA é uma instância de base da federação dos técnico-administrativos das universidades federais, convocada a cada dois meses, que delibera orientações nacionais para os seus sindicatos filiados, para o próximo período. A atual plenária, que será nos dias 08 e 09 de junho, ocorre em um momento crucial da luta de classes, em que o Congresso Nacional caminha para a aprovação da Reforma da Previdência e, por, outro lado, as centrais fazem o chamado para a greve geral de 14 de junho.

No dia 30/06, o SINTEST/RN realizou assembleia, onde pautou as paralisações nos dias 30/05 e 14/06, assim como a eleição dos quatro delegados para a Plenária Nacional. O resultado da votação foi o seguinte: Chapa 01, PSOL (MES, LSR e Resistência) – 52 votos; Chapa 02, PSTU e Grupo Independentes – 34 votos; Chapa 03, CPE/POR – 22 votos; total de votos – 110; total dos que assinaram a lista de presença da assembleia – 166 pessoas. A CPE/POR conseguiu, assim, ultrapassar o percentual mínimo de 5% e eleger um delegado, sob a base da crítica à tática de pressão parlamentar e convencimento de deputados, adotada pela direção da FASUBRA, assim como a defesa de que a FASUBRA exija às Centrais uma greve geral por tempo indeterminado, que pare a produção e afete os lucros dos capitalistas, como fizeram os caminhoneiros em 2018, e que a FASUBRA oriente os sindicatos de base para a constituição de comitês unificados com os estudantes e professores, e a realização de assembleias unificadas.

O caráter mobilizado da assembleia e a situação de conjuntura favoreceram para que a CPE/POR conseguisse tantos votos, apesar do nível de burocratismo e de pressões pessoais que o reformismo e centrismo exercem sobre a base nessas votações. Fora as negociações de bastidores, que buscam limitar o debate de ideias e a democracia

sindical, como a proposta do MES/PSOL de formar uma chapa única com PSTU/Independentes e CPE/POR, e, dessa forma, enviar apenas três delegados, ao invés de quatro, o que resolutivamente a CPE rejeitou, em prol da independência política e organizativa, assim como em defesa da democracia sindical e da preponderância da vontade das bases sobre as negociações de cúpula. Assim, defendemos na assembleia que o SINTEST enviasse todos os quatro delegados (contra o plano A da direção de enviar apenas dois delegados), e que houvesse defesa de propostas das chapas na assembleia, o que acabou acontecendo.

Logo em seguida ao resultado da votação, o MES forjou um encaminhamento de que a CPE supostamente havia proposto na pauta de *avaliação*, de que os quatro delegados defendessem na FASUBRA a Greve Geral *por tempo indeterminado*. Era uma manobra da burocracia sindical para provocar um desgaste à CPE/POR, ao submeter um suposto encaminhamento nosso só para ser rejeitado pela assembleia. O PSTU logo se inscreveu para criticar a “proposta” como ultraesquerdista, e que deveríamos retirá-la. Esclarecemos que não havíamos proposto isso, e que cada delegado deve defender o que pensa ser o correto, para o qual foi eleito, não fazendo sentido obrigar que todos defendessem uma só posição. A mesa continuou insistindo na manobra e, naquele momento, a CPE/POR resolveu “retirar” o suposto encaminhamento.

O fundamental é que isso mostra como que o PSTU e PSOL se unem rapidamente contra a corrente revolucionária, quando se sentem ameaçados politicamente. A construção das direções revolucionárias passará, inevitavelmente, pela superação do reformismo pequeno-burguês e do centrismo, como obstáculos para a independência de classe.

Rio Grande do Norte**Aos delegados(as) da Plenária Nacional da FASUBRA**

A Plenária da FASUBRA ocorre em um momento crucial para a luta de classes no país. Está próximo o momento em que o Congresso visa a encaminhar para votação a violenta Reforma da Previdência. Junto a isso, permanecem os cortes de mais de 6 bilhões na educação, ameaçando inviabilizar o funcionamento das universidades ainda neste ano. Do outro lado do campo, está marcado pelas Centrais o 14 de junho, como dia de Greve Geral, o que demanda para a vanguarda tarefas imediatas de mobilização e organização das bases contra o governo ultraliberal, obscurantista e militarista de Bolsonaro.

Precisamos derrubar a Reforma da Previdência. A via de propor emendas para atenuar os males da Reforma, ou para substituí-la por outra, é aceitar o falso argumento de que “alguma reforma da Previdência precisa ser feita”. Por outro lado, a tática de ir atrás dos deputados e senadores para convencê-los a votar contra a PEC é inútil e ilusória. Caso a Reforma seja posta em votação no Congresso, será aprovada, pois, é uma exigência vital do capital financeiro, e a burguesia nacional (representada por PSDB, DEM, “Centrão”, PSB, etc.), como sócia-menor, é submissa aos ditames do imperialismo.

Para que a Reforma seja imediatamente retirada de pau-

ta, derrubada, e o governo Bolsonaro recue em seus ataques à educação e medidas obscurantistas, é preciso organizar a luta nas ruas, com o método da ação direta, e, nesse momento, realizar uma verdadeira greve geral, que pare as fábricas, transportes, comércio e serviços, afetando assim o lucro dos capitalistas, à semelhança dos caminhoneiros em 2018. Para isso, precisamos não só realizar um forte dia de greve geral nesse 14 de junho, mas, principalmente, que as Centrais organizem imediatamente a greve geral por tempo indeterminado, que paralise a economia até que conquistemos as nossas reivindicações!

Por fim, os dias 15 e 30 de maio demonstraram o tamanho da rejeição e disposição de luta das massas contra os ataques do governo. É preciso, desde já, traduzir essa revolta em organização desses amplos setores. É necessário que, junto aos estudantes, professores e terceirizados, constituamos nas universidades comitês unificados de mobilização, unindo a pauta contra os cortes de gastos com a de abaixo a Reforma da Previdência, assim como realizar assembleias gerais unificadas, que deliberem sobre a greve geral e os métodos de luta contra os ataques do governo Bolsonaro.

XIII Concut / Eleição de delegados na Apeoesp

POR defende a aplicação da democracia operária

Há anos que as direções burocráticas da CUT não convocam plenárias de base para a eleição de delegados aos congressos. Há anos que as teses e resoluções são impostas pelas correntes que compõem a direção da central. E há anos que os congressos só servem para referendar da política do PT para o movimento sindical. Chegou-se ao ponto de eleger os delegados sem que os documentos fossem conhecidos. Não por acaso, os congressos nada têm a ver com os interesses gerais dos explorados e, portanto, não dizem respeito à organização da luta para enfrentar os governos e os capitalistas.

A eleição de delegados para o Concut, na Apeoesp, é feita na reunião do Conselho Estadual, momento em que existe uma representação de professores de todo estado, e onde o PT tem a grande maioria. Este ano, a direção sequer anunciou que no dia 31 de maio seriam eleitos os delegados. O POR só ficou sabendo no momento do credenciamento, quando recebeu a pauta. Antes de começar a reunião, a direção fez a proposta de um “acordo”, que

pressupunha 1 delegado para o POR e 2 para o PCO. Como o POR não aceitou, a direção pediu que o representante da CUT, então, dirigisse a eleição de delegados. No Conselho, havia militantes da CSP-Conlutas, Intersindical e CTB, e, por isso, conclamou que somente os cutistas votariam. Foram feitas duas exposições: 1) a do POR; 2) a da Articulação. O PCO ficou impedido, porque havia aceito o “acordo”. Por surpresa da burocracia, o POR obteve mais votos do que se esperava, elegendo dois delegados. Diante da situação, como recompensa, a burocracia ofereceu ao PCO 4 delegados, em vez de 2.

O fundamental está em que os delegados do POR foram eleitos, sobre a base dos pontos expostos na plenária. Enquanto que os do PCO foram doados. O que mostra a profunda decomposição desse partido, e submissão à burocracia do PT-CUT. De um lado, não é capaz sequer de defender o método mais elementar da democracia operária; de outro, se contenta em ganhar 4 delegados sem ter de expor suas posições.

Ceará**Realizada Consulta para Reitor na UFC**

A UFC realizou consulta para a escolha do novo reitor, no dia 8 de maio. Três candidatos se apresentaram ao pleito: Custodio Almeida (Vice-Reitor); Antônio Gomes (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação); e o bolsonarista Cândido Albuquerque (Diretor da Faculdade de Direito).

A burocracia universitária, que comanda atualmente a UFC, saiu dividida, com 2 candidatos (Custodio e Gomes) expondo,

assim, um choque interno no grupo que administra a reitoria, desde os anos 1990. A maioria das correntes de esquerda, tanto no movimento estudantil, quanto docente, chamaram a votar em Custodio, alegando ser o candidato mais progressista. O candidato bolsonarista, por sua vez, apoiou-se nas camadas estudantis e docentes mais conservadoras, que têm ganhado força no interior das universidades.

A direção do DCE (PT/PC do B) fez aberta campanha para Custodio, o mesmo não ocorrendo com ADUFC e SINTUFCE, que fizeram chamado informal em Custódio.

O resultado da consulta deu a vitória ao candidato da Reitoria, Custodio Almeida, com 7.772 votos (34,70%), sendo 6.067 de estudantes, 859 de servidores docentes e 846 de servidores técnico-administrativos. Antônio Gomes obteve 3.499 votos (25,89%) sendo 2.227 de estudantes, 674 de docentes e 598 de técnico-administrativos, e Cândido Albuquerque teve 610 votos (4,61%), sendo 345 de estudantes, 115 de docentes e 150 de técnico-administrativos. Com o envio da lista tríplice, ocorrido no dia 20/05, restou às direções do movimento estudantil e docente torcerem para que a nomeação do Reitor (nas mãos de Bolsonaro) respeite a escolha da maioria.

Toda essa campanha aconteceu sem que um único setor se-

quer levantasse a bandeira da autonomia universitária (direito da comunidade eleger sua direção e administrar a instituição, não segundo a vontade dos governos burgueses, mas os da comunidade acadêmica interna e externa) e da democracia universitária, assentada da soberania da assembleia geral universitária e na igualdade do voto para todos. As direções do movimento sequer defenderam que os estudantes impusessem aos candidatos reivindicações e compromissos, como o de respeito às deliberações do movimento estudantil, nenhuma demissão de terceirizados, nenhum corte na política de permanência estudantil, etc., para que, em face da assunção de alguma proposta, discutissem o apoio crítico, mas simplesmente agiram para que os estudantes fossem arrastados por trás das frações da burocracia. Por esta razão, a CPE se posicionou pelo boicote à farsa da consulta para reitor, defendendo o programa proletário para a universidade.

Notas Nacionais

OPOSICIONISMO BURGUEÊS À POLÍTICA EDUCACIONAL DE BOLSONARO

As diretrizes de Bolsonaro para a educação, meio-ambiente e segurança acabaram aproximando ex-ministros do governo Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, e mesmo da ditadura civil de Michel Temer, no caso do meio-ambiente.

No dia 4 de junho, reuniram-se na USP seis ex-ministros da educação, entre eles, o conservador, privatista e entreguista José Goldenberg, homem do PSDB. Decidiram criar um “Observatório da Educação Brasileira”, cuja pretensão anunciada é a de auxiliar nas definições de políticas públicas e na gestão educacional.

Tudo indica que a iniciativa foi de petistas e peessedebistas. Os ex-adversários políticos procuraram se mostrar unidos em torno ao pressuposto de que tinham tornado a educação em uma “grande promessa de nacionalidade e democracia”, e que, agora, o novo governo a apresenta “como ameaça”.

Em “Nota Conjunta”, reivindicam o Plano Nacional da Educação, o mecanismo de financiamento (Fundeb), um Sistema Nacional de Educação, a autonomia universitária e a liberdade de cátedra. E comungam a ideia de que a educação deve ser tratada como política de Estado, como prioridade nacional e como meio de desenvolvimento econômico. Assim, a educação seria uma via para alcançar uma maior igualdade social. Apesar das diferenças entre os governos do PSDB e PT, aos quais os ex-ministros serviram, respectivamente, houve esse consenso básico no passado, que, agora, está ameaçado de rompimento.

A Nota critica a política de Bolsonaro, por pretender pôr abaixo as conquistas obtidas por consenso nacional. Em particular, rejeita o “contingenciamento” de recursos às universidades, e denuncia o intervencionismo policialesco do MEC sobre a vida escolar.

Observa-se que a reunião procurou dar expressão política ao

movimento dos dias 15 e 30 de maio. Omitiu dar um parecer sobre a reforma da Previdência, que esteve na base da greve nacional da educação do dia 15 (na manifestação do dia 30, a UNE procurou escamotear e marginalizar essa bandeira) e que motiva a greve geral marcada para 14 de junho.

O ex-ministro José Goldemberg é um fervoroso defensor da reforma da Previdência. Encabeça a Nota Conjunta. Os demais estão pela avaliação de que alguma reforma da Previdência terá de ser feita. É importante essa referência porque os ex-ministros desvinculam os ataques de Bolsonaro à educação e às liberdades democráticas da política geral de seu governo antinacional e antipopular. E desvinculam o problema da educação do avanço da barbárie capitalista, que vem mutilando a juventude oprimida.

A demagogia e a hipocrisia da Nota Conjunta são, assim, evidentes. Expressam a movimentação no campo da oposição burguesa, objetivando canalizar a revolta dos explorados e da juventude para a política parlamentar, institucional e eleitoral.

Não há nada de estranho nessa articulação da oposição burguesa, que também se vem tramando diante das mudanças nas diretrizes para o ambientalismo e a segurança pública. O estranho está em as direções estudantis ocultarem seu seguidismo a essa movimentação, mascarada de democrática e de defensora uma educação voltada à redução das “desigualdades sociais”.

Essas manobras devem ser explicadas e denunciadas pela vanguarda revolucionária. A defesa do ensino público é parte da luta contra qualquer que seja o governo burguês de plantão. Antes, enfrentamos os governos do PSDB, PT e PMDB, que serviram ao avanço do sistema privado de ensino, às orientações do Banco Mundial, etc. Agora, enfrentamos o governo ditatorial, militarista e fascistizante de Bolsonaro.

“Uma vergonha nacional”

Esse é o título do editorial do jornal O Estado de São Paulo, 2 de junho. Nele, o editor expõe os dados catastróficos do ensino brasileiro. O estupor moral do título, no fundo, é uma confissão da impotência da burguesia.

Reproduzimos a sua descrição: “Em 2017, havia cerca de 10,3 milhões de jovens entre 15 e 17 anos de idade. Desse grupo, 1,5 milhão não se matricularam no início do ano letivo. E, dos 8,8 milhões que

fizeram a matrícula, 700 mil abandonaram a escola antes do final do ano letivo. Somados a outras vicissitudes, como as repetências, o resultado deixa muito a desejar: apenas 6,1 milhões de jovens – 59% do total – concluem o ensino médio na idade correspondente.”

O editor reconhece que, “nos últimos 15 anos, não houve melhora no percentual de jovens entre 15 e 17 anos que estão fora da escola”. Caso se volte mais no tempo, se verificará que se trata de

um fenômeno social antigo, que nos permite considerar como estrutural. Muito lentamente, se universalizou a alfabetização, certamente não eliminando o analfabetismo e proliferando o semi-analfabetismo. E, também muito lentamente, se expandiu a presença de jovens no ensino médio. Não é preciso enfatizar que, dos 6,1 milhões que terminam o ensino médio, uma minoria acessa o ensino superior, sendo que a maior parte vem da classe média.

A não-matricula, a evasão escolar e o atraso em concluir o ensino médio trazem, pelo visto, como a maior das preocupações, o desperdício de recursos. Em outras palavras, a preocupação não é tanto com o caudaloso contingente de jovens que deixa de melhorar sua cultura, mas com o enorme prejuízo aos cofres públicos. Segundo cálculos apresentados no editorial, alcança a ordem de R\$ 142,5 bilhões ao ano.

Na edição de 4 de junho, o mesmo jornal expõe, em um de seus editoriais, “O drama da falta de trabalho”. Afirma: “No trimestre encerrado em abril, faltou trabalho para 28,372 milhões de pessoas no País.” Também é uma “vergonha nacional”? Quanto se perde com a inutilização ou subutilização de uma massa de força de trabalho que é maior que muitos países? Quanta miséria se provoca? Mesmo assim, a burguesia aplica a violenta reforma trabalhista, e expande o regime de terceirização. O que incentiva a informalidade e a semi-informalidade.

O desemprego, o subemprego, as jornadas exaustivas e os bai-

Atlas da violência

Foram assassinados 35.783 jovens, em 2017, segundo a nova edição do Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Fórum de Segurança Pública Brasileira. O total de homicídio foi de 65,6 mil, uma média de 179 por dia.

Nota-se que mais da metade dos assassinatos foi de jovens, os mais atingidos estavam na faixa de 15 e 19 anos. 75,5% eram de cor negra. A imensa maioria dos mortos foi de homens. O Atlas, porém, mostra o aumento de assassinatos de mulheres, que chegou a 4.936. Neste caso, também a maioria é de cor negra. O Nordeste figura como a região onde mais se assassina. Destacaram-se o Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Alagoas, respectivamente.

Não nos foi possível encontrar o grau de mortes causadas pelas forças policiais. São estarrecedores os números, considerados um dos maiores do mundo. E é sintomática a constatação que vem em um crescendo.

O Ipea, ao se referir ao número de jovens assassinados, denominou o fenômeno de “Juventude Perdida”. O mais preciso seria Juventude Pobre, Miserável e Oprimida Perdida. É o que as estatísticas revelam. Uma significativa parcela da juventude da classe operária e dos demais explorados vem sendo liquidada dia a dia, mês a mês, ano a ano!

Não basta constatar, é preciso explicar e responsabilizar. As contradições do capitalismo se convertem em poderosa força destrutiva. Não podendo desenvolver amplamente as forças produtivas, a economia tende à estagnação e à regressão. O desemprego e o subemprego passam a ser um fator de trava ao desenvolvimento social, cuja inevitável regressão atinge as massas e potencializa a barbárie. Sem um vínculo com a produção social, uma fração crescente da juventude é empurrada à marginalidade. O fato de 23% dos jovens, ou cerca de 11 milhões, nem trabalhar, nem estu-

xos salários explicam por que tantos jovens não chegam a se matricular no ensino médio, abandonam os estudos, ou se atrasam no calendário escolar. Explicam também por que aqueles que vão até o fim pouco aprenderam e evoluíram. Os reflexos na aprendizagem das crianças do ensino básico são os mesmos. O estudante de família miserável e faminto mal se alfabetiza. A escola, o ensino e a aprendizagem não pairam no ar.

As condições de desintegração do capitalismo, de bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas, de sua destruição maciça, em razão da crise de superprodução, guerra comercial, etc., e de agigantamento do parasitismo financeiro impulsionam as forças centrífugas, que dilaceram a escola pública e o sistema geral de ensino. Quanto pesa a dívida e a gigantesca carga de juros sobre a economia e a escola? O que faz Bolsonaro contra a escola não é outra coisa, senão uma aplicação da política burguesa nas condições de crise capitalista.

O momento é propício para a defesa do programa da classe operária para a educação e defesa da juventude oprimida. É preciso começar por derrotar a ideologia burguesa sobre a educação, nos seus mais diversos matizes, evidenciando as raízes capitalistas de sua crise estrutural, de sua decomposição. A plataforma de reivindicações democráticas, de transformações qualitativas da educação, e de defesa da juventude leva à luta das massas ao campo da revolução proletária.

dar, reflete as contradições de fundo do capitalismo. Certamente, o problema é mais amplo ainda, uma vez que os milhões que estudam e trabalham, ou que só estudam, ou só trabalham, fazem parte das mesmas relações de opressão de classe que mantêm no precipício os 23% de seu contingente.

O capitalismo já não pode promover reformas progressivas, voltadas a incorporar as massas jovens na produção, no ensino e na cultura avançada. Está aí por que se tornou rotineira a matança de jovens, que chegou ao auge de mais de 50% do total de assassinatos no País.

A violência destrutiva é parte integrante do capitalismo. A defesa da juventude, portanto, começa pela bandeira de emprego e escola a todos.

A responsabilidade, portanto, cabe inteiramente à burguesia, ao Estado e aos seus partidos, entre eles o PT. Em particular, cabe à burocracia sindical que não organiza a luta contra a destruição de postos de trabalho, as demissões e o desemprego.

A violência destrutiva é parte integrante do capitalismo. Agravava-se com as crises econômicas. A defesa da juventude, portanto, começa pela bandeira de emprego e escola a todos. “Nenhum jovem fora da produção, nenhum jovem fora da escola”. Sob essa bandeira, o POR tem combatido a burguesia e seu Estado. A situação, agora, se mostra mais favorável para que expresse a revolta latente na juventude trabalhadora e oprimida.

É importante organizar a juventude operária no campo da luta de classes; e elevar a consciência das camadas mais oprimidas da juventude de classe média. No momento em que as massas jovens assumirem o combate pelo emprego e pelo ensino público vinculado à produção social, haverá um salto de qualidade nas respostas à mortandade, provocada pelo desemprego, pela miséria, pela marginalidade e pela polícia.

Nesta edição:

- **Argentina:** Carta aberta aos companheiros da Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FET).
- **Trump na Inglaterra:** Agrava-se a crise inglesa.
- **Guerra comercial:** Trump acirra a guerra comercial contra o México.
- **Sudão:** O proletariado tem de encarnar o programa revolucionário.
- Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.



Argentina

CARTA ABERTA AOS COMPANHEIROS DA FRENTE DE ESQUERDA DOS TRABALHADORES (FET)

O balanço das recentes eleições em Córdoba provocou uma ácida polémica entre dirigentes, Jorge Altamira, e militantes de PO (Partido Obrero). Consideramos que o assunto merece a atenção de toda a vanguarda e deve ser tratado com seriedade, indo à raiz dos problemas, para evitar que se acumulem preconceitos e mais confusão, de maneira a evitar que valiosos companheiros se desmoralizem e se afastem da militância.

Há que rejeitar todo subjetivismo e provocações para ajudar a politizar o debate, e ajudar o conjunto a amadurecer, a criticar a experiência, para projetar com a maior potência e convicção a política do proletariado. A censura, a sanção disciplinar por divergir e a difamação são métodos próprios de partidos incapazes de praticar o centralismo democrático.

As bases do eleitoralismo estão na dissolução de Política Obrera. As críticas de Altamira são guiadas pelo eleitoralismo. Ele próprio foi responsável pelas perseguições, difamações e sanções daqueles que questionaram sua política, hoje aparece como vítima de seus próprios métodos.

O POR pode opinar com toda autoridade sobre essa polémica porque caracterizou a FET, desde seu surgimento, como eleitoreira e oportunista, e a combateu politicamente, isoladamente, alertando a vanguarda proletária sobre seu significado.

As eleições em Córdoba mostram que não houve uma chapa, ou frente ou candidato, que expressassem os interesses históricos da classe operária. As eleições burguesas são o terreno

de propaganda política para as organizações revolucionárias denunciarem as próprias eleições, o Congresso, o papel da “democracia” e o caráter de classe do Estado, sua ditadura de classe. Para defender que somente a ação direta de massas pode emancipar a nação oprimida e a classe operária, jamais as

eleições, as leis ou assembleias constituintes. Se não se faz esta denúncia, se oculta a farsa de que por meios legais, pacíficos e democráticos é possível conquistar as reivindicações. Pelo contrário, há que assinalar que não há etapas para a revolução, que a classe operária tem de tomar o poder, dirigindo os oprimidos sob sua estratégia. Que deve defender a ditadura do proletariado, o socialismo, o comunismo. Que é necessário derrubar o Estado burguês para iniciar a construção do socialismo.

Isso não pode ser substituído opondo candidatos de esquerda aos macristas, ou chamando a votar em uma “alternativa dos trabalhadores”. É preciso dizer que somente a ação direta pode derrotar Macri e sua política.

O democratismo se caracteriza por desenvolver sua política à margem da luta de classes e da revolução social.

Há muitas experiências dos revolucionários na Rússia, Chile, Bolívia e também na Argentina de como intervir nas campanhas eleitorais, com as particularidades de cada momento, mas, sempre ajudando a superar as ilusões democráticas das mas-

sas, fazendo propaganda da política da classe operária. Foi isso que alertamos desde o começo da constituição da FET e diante de todas as campanhas eleitorais. É preciso, ainda, que se diga que tomamos essa posição antes mesmo de que a FET se formasse.

Colocamos à disposição da militância nosso balanço “Crítica ao eleitoralismo democratizante da FET”, publicado em 2011, e “A esquerda em seu labirinto”, publicado em 2017. Também artigos e materiais sobre a experiência da ruptura do PO nos anos de 1980.

Altamira não pode fazer de desentendido dessa política de PO. Ele é o principal responsável da dissolução do Partido Política Obrera no Partido Obrero, e também de todas as intervenções eleitorais de PO até há pouco tempo. As bases do eleitoralismo estão na dissolução de Política Obrera. As críticas de Altamira são guiadas pelo eleitoralismo. Ele próprio foi responsável pelas perseguições, difamações e sanções daqueles que questionaram sua política, hoje aparece como vítima de seus próprios métodos.

O balanço da quantidade de votos e parlamentares eleitos em Córdoba é secundário. O essencial é se utilizaram todos



os recursos, todas as energias para divulgar a propaganda proletária.

A FET não pôde conformar-se como uma frente única de luta. É apenas uma frente eleitoral oportunista que aparece formalmente a cada dois anos, em que cada membro faz sua própria campanha.

Essa é uma constatação que todo militante faz em qualquer regional ou diante do país, de que a FET é apenas uma frente eleitoral. Mas, não é suficiente. Não somente não há unidade na luta, como também mesquinhos enfrentamentos entre os integrantes dessa frente. É evidente que quando algum dos seus partidos toma alguma iniciativa, ou papel dirigente, os outros sabotam ou tentam inviabilizar ou liquidar essa experiência, ainda que seja a mais adequada. E não basta esse diagnóstico, que todo lutador faz. Há que encontrar a raiz desse comportamento faccional entre os membros da frente, que procuraram convencer de que se havia dado um passo à frente na unidade da esquerda. Passaram-se oito anos desde que se constituiu a FET!

O abandono da estratégia revolucionária para abraçar uma estratégia eleitoreira implica também o abandono do conceito leninista do Partido, de seleção e formação de militantes e direções, pelo recrutamento indiscriminado. Dessa forma, perde importância a formação e discussão política em detrimento de um aparato conformado para essa finalidade (as eleições). Quando esse “aparato” controla o partido, mais cedo ou mais tarde, esse aparato implodirá. A luta de classes o fará implodir, mesmo que seja o mais poderoso do mundo. A história mostra exemplos dramáticos no nosso país e em toda a parte. Como fazer para evitar que os aparatos controlem um partido? Como impedir a burocratização das organizações? É inevitável? A resposta está na politização de toda a militância, no programa baseado na estratégia da ditadura do proletariado,

na formação marxista, na luta pelas ideias e nas ideias que a impulsiona.

É lamentável a censura que querem impor alguns dirigentes atuais de PO à discussão. O assunto é de interesse da vanguarda. Mas há pontos centrais que afetam as organizações da FET, que deveriam ser debatidos: a estratégia “policlassista” de governo dos trabalhadores, diversa e oposta à da ditadura do proletariado. A consigna de governo dos trabalhadores é a adaptação democratizante do centrismo. Talvez Altamira possa explicar a toda a militância em qual congresso de PO se resolveu adotar essa estratégia, que havia sido duramente criticada anteriormente.

E também deveria ser debatida a consigna de Assembleia Constituinte, formulada toda vez que se produz uma profunda crise política. Desde os anos de 1980, assinalamos que é uma resposta que alimenta ilusões na democracia burguesa, que é um caminho para não defender a derrocada da burguesia.

Esses pontos deveriam despertar o mais amplo e profundo debate sobre a necessidade de resolver a crise de direção do proletariado, isto é, a construção do partido revolucionário, um partido de quadros profissionais, conspirativo, o estado maior da revolução, que tem como estratégia a revolução e ditadura do proletariado e conta com um programa que expressa as tarefas da revolução no país, como parte inseparável da revolução socialista internacional. As táticas, dentre elas a intervenção nas eleições, a constituição de uma frente eleitoral, devem corresponder à estratégia; do contrário, servirão a outra estratégia, de outra classe.

Com fraternas saudações revolucionárias

Partido Operário Revolucionário, seção Argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

13 de maio de 2019

Trump na Inglaterra

Agrava-se a crise inglesa

A visita de Trump estava prevista para acontecer após a ruptura da Inglaterra com a União Europeia (UE), momento em que o imperialismo norte-americano “ofertaria” um acordo econômico preferencial, que deveria compensar os lucros dos monopólios e do capital financeiro desse país pela perda dos mercados da UE. Simbolicamente, pretendia-se reforçar o papel de ambos os aliados na atual fase da crise mundial, comemorando o 75º aniversário do desembarque na Normandia, que concluiu com a derrota da Alemanha nazista.

Esse objetivo dos Estados Unidos, porém, chocou-se com a negativa do Parlamento britânico em apoiar o plano do Brexit de May, o que levou a Inglaterra a adiar sua saída do bloco europeu, prevista para 31 de outubro. Após a terceira tentativa fracassada de aprovar seu plano, Theresa May anunciou a renúncia ao cargo. Em sua visita, Trump assistiu a manifestações contrárias à sua visita. Os “Carnavais da Resistência”, porém, não passaram de manifestações condicionadas por reivindicações democrático-burguesas (defesa do Acordo climático, contra a política imigratória xenófoba, etc.). Refletiram, assim, a posição de frações da burguesia inglesa de negociar com a UE um acordo que preserve seus interesses comerciais e finan-

ceiros. O que não significa desconhecer, no entanto, que não pretende romper os futuros acordos comerciais com os EUA. Apenas procura selar um acordo comercial que não agrave a perda de seus lucros em território europeu, e não se enfraqueça perante a Alemanha e França.

A retórica trumpista de apoiar um Brexit que “não afete estabilidade global” não engana a ninguém. Por outro lado, a declaração de Trump de que “Um grande acordo comercial é possível assim que o Reino Unido se livrar das algemas” indica, claramente, o objetivo do imperialismo norte-americano de submeter a Inglaterra a um acordo “unilateral”. Eis porque exigiu das empresas inglesas que rompam seus laços com Huawei, subscrevam a política de ruptura do acordo nuclear com Irã, e abandonem o Acordo Climático, marco jurídico que favorece os monopólios europeus com barreiras alfandegárias em face da concorrência dos monopólios dos EUA, que não cumprem “a proteção ao meio-ambiente”, exigida pela UE.

As condições de profunda crise política (May deixa seu cargo em 7 de junho) e a possibilidade de seu plano fracassar levaram Trump a indicar o ex-ministro do Exterior, Boris Johnson, um fervente defensor de um “Brexit duro”, como mais “quali-

ficado” para suceder May. Essa intromissão de Trump na política interna indica até que ponto vão as dificuldades de impor seus objetivos gerais à burguesia e aos políticos ingleses.

O problema de impor à força os ditames do imperialismo norte-americano é o de alavancar a luta de classes. Está absolutamente claro que as desgraças do Brexit cairão, principalmente, sobre as massas, na forma de rebaixamento dos salários, desemprego, subemprego, terceirização e reformas regressivas (Previdência, etc.). Os explorados, que incluem importantes camadas da classe média, já mostraram disposição de luta por suas reivindicações. Desde a eclosão da crise, em 2008, greves operárias (metroviários, petroleiros, etc.), do funcionalismo (docentes, agentes de saúde, médicos, funcionários administrativos, etc.) e de estudantes eclodiram por todo o país. Muitas delas foram impostas à burocracia sindical. De maneira que, seguir a trilha traçada pelo governo Trump, significa acelerar a crise política, e criar as condições para um levante de massas em um patamar mais elevado.

A burguesia inglesa sabe que, tanto permanecendo, como saindo da UE (fechando um acordo com os Estados Unidos), terá de recorrer a um ataque brutal contra os salários, empre-

gos e direitos das massas, e apertar ainda mais o laço colonial sobre os países que compõem o Reino Unido. Trata-se da necessidade premente de preservar seus lucros e interesses. Ou seja, terá de contar com um governo capaz de conter os levantes dos explorados e esmagar as tendências separatistas na Escócia e Irlanda. O que poderá impulsionar saídas autoritárias e fascizantes da burguesia inglesa.

Compreender as tendências gerais desse percurso é de importância fundamental para a política revolucionária. O ponto de partida é, de um lado, compreender que somente a classe operária pode barrar a ofensiva da burguesia inglesa e, de outro, que, embora esteja esgotada como via de governos reformistas, a conciliação de classes defendida pelo trabalhismo inglês ainda servirá de desvio ao levante instintivo das massas. É importante que se evidencie ao proletariado europeu a interferência direta dos Estados Unidos sobre as tendências centrífugas de desintegração da União Europeia, e sua política de jogar a Inglaterra contra a aliança da Alemanha e França. A luta da vanguarda nesse sentido permitirá a construção do partido marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Trump acirra a guerra comercial contra o México



Nem bem se iniciaram as negociações do novo tratado comercial norte-americano (T-MEC), entre os Estados Unidos e o México, as reuniões bilaterais já estavam condicionadas pela ameaça de Trump de impor, unilateralmente, aumentos progressivos das tarifas – de 5% a partir de 10 de junho, até alcançar 25% em outubro – aos produtos importados do México, caso o governo de López Obrador não aplicasse medidas para impedir o fluxo de imigrantes ilegais.

Segundo Trump, Obrador “*não fez o suficiente*” para restringir a imigração e “*tira vantagem*” da situação de dependência econômica de ambos os países. Esse é o método de “atacar primeiro, para negociar depois”, tática diplomática utilizada pelo governo fascizante, para impor suas condições na mesa das negociações. Para isso, se apoia na desproporção das forças econômicas, políticas e militares entre a nação opressora e a oprimida. O governo mexicano servil respondeu às ameaças, afirmando que ele é “um amigo”, e está “otimista” de chegar a um acordo.

A experiência histórica demonstra o contrário. Em 2018, foi renegociado o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), entre Estados Unidos, Canadá e México, que favoreceu fundamentalmente os monopólios norte-americanos. Se Trump aplicar apenas os 5% a mais às exportações mexicanas, colocará, imediatamente, a economia do México à beira da estagnação, afetando 32% do PIB. Os EUA representam 73% das exportações mexicanas (somente o setor de automotores

do México exportou aos EUA o valor de 93 bilhões de dólares, em 2018) e 81% das exportações de petróleo do país vizinho. O que, no contexto de queda da produção industrial e de agravamento do déficit, criaria uma convulsão social e política de grandes proporções. Mas, também afetaria empresas dos Estados Unidos, ao encarecer os preços internos de bens manufaturados. De fato, 40% das importações (24

bilhões de dólares) do México são bens semimanufaturados, matérias-primas e insumos de processos produtivos, e que têm por origem as filiais das multinacionais radicadas no país. É o caso da indústria automotiva, equipamentos elétricos, computadores, alimentos e bebidas.

O imperialismo conhece muito bem até que ponto e onde pressionar, para exigir condições preferenciais a suas mercadorias e capitais. Certamente, o governo mexicano poderia responder aumentando as tarifas das importações estadunidenses. Ou seja, poderia aplicar medidas elementares de defesa da economia da nação oprimida. Outro mecanismo possível seria a desvalorização do Peso (moeda nacional). Mas, se sabe que refletiria no aumento de muitos produtos de insumo básico, da produção industrial e da própria população, agravando o quadro da crise.

Obrador se limitou à ameaça de recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa é a imagem da subserviência e da impotência do governo burguês, considerado de esquerda. O imperialismo impõe taxas e tarifas abusivas, sem se importar com leis ou normas jurídicas que regem os intercâmbios comerciais. De forma que as massas mexicanas arcarão com as consequências destrutivas da ofensiva imperialista.

É tal o processo pelo qual se opera uma transferência de custos da potência à semicolônia, por intermédio de um rebaixa-

mento brutal do preço da força de trabalho mexicana, e da destruição de antigos direitos sociais. Essa é a via imperialista para descarregar grande parte do peso da crise sobre as economias e massas semicoloniais. Na sua base, acha-se a divisão do trabalho mundial, sob o domínio dos monopólios e do capital financeiro. A impotência do México, portanto, está diretamente relacionada à concentração monopolista dos meios de produção.

Para que o México possa exercer sua soberania, e tomar as medidas mais convenientes a seus interesses nacionais, é preciso expropriar a grande propriedade privada monopolista dos meios de produção, transformando-a em propriedade coletiva. Tarefa que apenas o proletariado é capaz de realizar, em sua

luta pela libertação da nação oprimida. Os explorados acabam por se chocar com o Obrador, que conta com as ilusões democráticas, para governar de acordo com as imposições dos monopólios e das pressões norte-americanas. A vanguarda consciente tem a seu favor as tendências de luta das massas, que se vêm desenvolvendo de acordo com o aprofundamento da crise econômica. A propaganda e a agitação das bandeiras de emancipação do México do domínio dos Estados Unidos poderão criar as condições para pôr em pé a frente única anti-imperialista. Por meio da qual a vanguarda pode explicar e penetrar no seio dos explorados com o programa da revolução e ditadura proletárias.

Nova crise no Sudão

O proletariado tem de encarnar o programa revolucionário

Em 4 de junho, o Conselho Militar que governa o país, após o golpe militar de 10 de abril, que destituiu Omar al-Bashir, convocou eleições gerais, para fevereiro de 2020.

Após tentativas de negociações com a opositora Aliança por Liberdade e Mudança (ALM), e de um impasse entre 20 de maio e 3 de junho, os militares encerraram as negociações e cancelaram os acordos.

As negociações deviam levar à formação de um “Conselho Nacional de Transição” civil-militar, que devia facilitar as tratativas para a convocatória e realização das eleições gerais marcadas para 2021. As massas, porém, não se desmobilizaram. Acreditavam que os militares estavam apenas usando as negociações para impor à oposição a preservação da velha estrutura oligárquica do poder, da qual as forças armadas constituem um pilar fundamental desde o governo de al-Bashir.

Rompidas as negociações, os militares decidiram pela repressão. Foi desfechado um massacre à população, que acampava frente ao Comando Geral do exército, para seguir e pressionar as negociações. 104 pessoas tombaram. Militares e as Forças de Apoio Rápido (FAR) paramilitares chegaram ao ponto de perseguir e matar manifestantes dentro de hospitais, e atirar enquanto tentavam fugir, nadando pelo Rio Nilo (40 cadáveres foram achados flutuando nas águas). 500 manifestantes ficaram feridos.

Apesar da carnificina, as massas decidiram continuar os protestos. Dezenas de piquetes e barricadas foram erguidas em diversos bairros da capital, Jartum. Por sua vez, a ALM rejeitou a convocatória de eleições, e chamou à “desobediência civil”, até que os militares deixassem o poder.

A decisão de realizar a chacina revelou até que ponto os militares temiam um novo levante das massas. Desde que eclodiram, em dezembro de 2018, os levantes operários e populares abriram uma crise revolucionária. Foram as massas em luta que obrigaram os militares a intervir com o golpe para impedir a derrocada de Bashir, com os métodos da luta de classes. Se bem que a ALM podia servir para desviar a luta das massas, e ludibriá-las, com a falsa esperança de que as eleições colocariam no poder do Estado um governo capaz de dar soluções às suas reivindicações, o certo é que a permanência da mobilização das massas impediu abrir uma etapa de estabilização do regime burguês.

Ocorre que as massas rejeitaram e rejeitam qualquer via de negociação que mantenha a velha estrutura do poder, da qual os militares são parte fundamental. Tal é o conteúdo dado pelas massas à bandeira “eleições livres e democráticas”. Evidentemente, trata-se de uma bandeira democrático-burguesa, que serve, portanto, às forças burguesas para reorganizar as relações de entre suas frações. E preservando intactos os cimentos do regime burguês: a grande propriedade privada dos meios de produção.

A recente matança aumenta o rio de sangue que permeia a história do Sudão. Invasões estrangeiras, guerras civis, golpes militares, massacres e divisão entre Norte e Sul estão presentes na base do País de economia atrasada e semicolonial. O colonialismo inglês, e depois o imperialismo, não apenas saqueou a região, como impôs formas capitalistas atrasadas, semeou a discórdia religiosas, traçou as fronteiras, promoveu a divisão, favoreceu interesses oligárquicos-tribais e sustentou regimes ditatoriais. O Sudão se tornou uma nação formalmente independente, e constituiu uma República, somente em 1956, s em, contudo, evitar os choques de nacionalidades internas e as guerras civis. Os Estados Unidos assumiram o lugar da Inglaterra no domínio e saque do Sudão, rico em petróleo, urânio, ouro, etc. Não há dúvida de que a recente chacina conta com as mãos das potências imperialistas, principalmente com as dos Estados Unidos.

A independência e a unidade nacional são tarefas democráticas que a oligarquia burguesa do Sudão não tem como resolver. Esses objetivos da nação oprimida são o ponto de partida do programa revolucionário, que somente o proletariado, ainda que incipiente, tem de encarnar, de forma a aglutinar as massas camponesas e as nacionalidades do Sul e do Norte, superar os conflitos religiosos e edificar a democracia assentada no poder dos explorados. A gigantesca riqueza natural passará para as mãos do povo, em um Estado dirigido por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado. Assim, o Sudão se libertará da opressão imperialista e do domínio de uma minoria exploradora sustentada pelo poder militar.

A vanguarda da classe operária sudanesa está obrigada, assim, a se apressar em pôr em pé uma direção revolucionária, forjando o partido marxista-leninista-trotskista sobre a base do programa da revolução e ditadura proletárias.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal 587, expusemos a tese de Lênin sobre a luta do proletariado para derrotar o governo de seus próprios países, que travavam a guerra imperialista. A negação dessa estratégia levava ao socialchauvinismo, que se traduzia na defesa do governo burguês. A orientação de transformar a guerra imperialista em guerra civil, e derrotar seu próprio governo, traçou uma linha divisória entre o internacionalismo proletário e o nacionalismo imperialista.

Como parte dessa posição programática, Lênin criticou o pacifismo. A campanha dos socialistas oportunistas por uma paz em abstrato servia de meio ideológico para enganar as massas. Opunha-se à formulação dos bolcheviques de utilizar os motivos e os horrores da guerra, protagonizada pelas potências, para organizar o movimento independente do proletariado, sob a estratégia própria de poder, com seus métodos e táticas revolucionários, bem como com suas próprias bandeiras.

Lênin se viu diante da necessidade, inclusive, de desmascarar a utilização da reivindicação de paz sem anexação e de autodeterminação das nações, que passaram a ser manejadas pelo pacifismo. A propaganda burguesa e pequeno-burguesa pela paz se contrapunha às ações revolucionárias das massas, defendidas e organizadas pelos bolcheviques. Era preciso, portanto, evidenciar os vínculos dessa política burguesa entre o defensismo (defesa dos governos em seus países), o socialchauvinismo e o pacifismo.

No artigo *“Paz sem anexações e a independência da Polônia, como consignas do dia na Rússia”*, de fevereiro de 1916, Lênin analisou o caráter pacifista, socialchauvinista e defensista das posições dos *“liquidacionistas-legalistas de Petrogrado, Rabócheie Utro”* em que é utilizada a bandeira de paz sem anexação para se colocar do lado do governo russo. A questão concreta aparecia em torno à disputa pela Polônia. Era conveniente ao czar se valer dela diante da Alemanha, que quebrava a ascendência da Rússia sobre a Polônia.

Eis a resposta de Lênin: *“Nicolau, o sanguinário, (...) Miliukov e aliados estão totalmente a favor da independência da Polônia somente agora, quando essa bandeira, colocada em prática, significa a vitória sobre a Alemanha, o país que arrancou a Polônia da Rússia”*. Ocorre que, antes da guerra, os mencheviques liquidacionistas se levantaram contra a bandeira da autodeterminação das nações e do direito da Polônia de se separar da Rússia. Faziam uma virada oportunista, diante da possibilidade da Alemanha anexar a Polônia. Conclui Lênin: *“Consequentemente, os marxistas russos devem denunciar ao povo que o czarismo agora engana, quando levanta na Rússia a bandeira de ‘paz sem anexação’ e ‘independência da Polônia’, porque na atual situação ambas bandeiras expressam e justificam o propósito de continuar a guerra. Devemos dizer: nada de guerra pela Polônia! O povo russo não quer voltar a ser o opressor da Polônia! (...) Não ‘paz sem anexação’, mas paz às choças e guerra aos palácios; paz ao proletariado e aos trabalhadores, e guerra à burguesia!”*

Ainda em fevereiro, Lênin retomou o embate contra o pacifismo pequeno-burguês no artigo *“O programa de paz”*. Tratava-

se de responder à convocação da Segunda Conferência Internacional dos partidários de Zimmerwald, realizada de 24 a 30 de abril de 1916, em Kienthal, Suíça. Entre os pontos de pauta, constavam *“A luta pelo fim da guerra”*, e *“Atitude do proletariado diante do problema da paz”*. Lênin considerava como fundamental *“desmascarar a hipocrisia do programa kautskista de paz, que fortalece a influência burguesa no proletariado”*. Havia, portanto, que, não apenas formular um programa revolucionário, como também rejeitar o programa de paz dos socialchauvinistas e pacifistas. Tratava-se de explicar que a guerra e a paz estavam interligadas, e expressavam posições de classe. Em síntese: *“A paz é a continuidade da mesma política, acrescida das mudanças produzidas nas relações entre as forças adversárias, como consequência das ações militares. A guerra, por si só, não altera a diretriz da política anterior à guerra, apenas acelera seu desenvolvimento”*.

O proletariado estava diante da tarefa de combater, tanto a guerra, quanto a paz, que seria ditada pela potência imperialista vencedora. Os socialistas oportunistas, com seu programa de paz democrática, ajudavam *“a burguesia a enganar o povo e afastar o proletariado da revolução socialista”*. Lênin mostrou a relação intrínseca entre a bandeira de defesa da pátria e o programa da paz democrática dos pacifistas. Era fundamental à política do proletariado demonstrar que *“as potências imperialistas e a burguesia imperialista não podem conceder uma paz democrática”*. Não podem admitir a autodeterminação das nações oprimidas, que para ser real, é necessário admitir a liberdade para se separar.

Em outubro desse mesmo ano, Lênin criticou a bandeira de desarmamento. O conteúdo do desarmamento é pacifista. Tem como premissa a negação utópica da guerra em geral. Tanto o objetivo de redução ou supressão do armamento expressa o pacifismo burguês e pequeno-burguês, que é impotente diante das tendências objetivas das mais diversas formas de guerras, inclusive, da guerra civil do proletariado para tomar o poder.

Não havia como permanecer no campo do marxismo, do internacionalismo proletário, sem rechaçar bandeiras como a do desarmamento. O contrário, afirma Lênin *“Nossa consigna deve ser: armar o proletariado para vencer, expropriar e desarmar a burguesia. Essa é a única tática possível para a classe revolucionária, tática que se extrai de todo o desenvolvimento objetivo do militarismo capitalista, e que é ditada por ele. Somente depois de desarmar a burguesia, o proletariado poderá, sem trair sua missão histórica universal, transformar em sucata todas as armas, e assim o proletariado o fará certamente, mas só quando tenha cumprido essas condições, e anteriormente de nenhum outro modo”*.

O programa de paz do proletariado, como se vê, é distinto e oposto ao programa de paz da burguesia. Emana do programa da revolução proletária e da construção do socialismo em direção ao comunismo. As guerras deixarão de ser necessárias, não haverá motivo para o armamento de uma nação contra a outra, de uma classe contra a outra. Mas, para isso, é necessária a revolução social e a ditadura do proletariado.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXIII e XXIV, Akal Editor)